

2 Maio 2016
Segunda-Feira
Semanário - Ano 1
Nº 7 / kz 400
Director-Geral
Evaristo Mulaza

Quarta subida das reservas obrigatórias em 17 meses

O Banco Nacional de Angola voltou a aumentar o coeficiente das reservas obrigatórias sobre os depósitos, alterando-o cinco pontos percentuais para os 30%. Para acautelar a cedência de crédito à indústria, o BNA oferece aos bancos até 80% do valor das reservas. **Pág. 10**

DIREITOS DE CONCESSÃO

Sonangol perde controlo, Endiama pode seguir-se

INDÚSTRIA EXTRACTIVA. A Sonangol perdeu os direitos de concessão numa correcção do cenário de 'árbitro jogador'. A Endiama, que já tem a separação dos poderes de concessão, exploração e comercialização prevista no Código Mineiro, poderá ser a próxima concessionária a deixar de o ser. **Pág. 14**



Mário Mujites © VE



Património ruinoso do BESA à venda

O Banco Económico está a vender os empreendimentos imobiliários herdados do BESA ACTIF, o fundo criado pelo extinto banco de Álvaro Sobrinho, para investir no sector imobiliário. Mas há duas certezas: as receitas vão ficar aquém dos investimentos e, com a falência do BESA, nenhum dos antigos accionistas vai receber dinheiro. **Pág. 11**

Biocom investe 550 milhões de USD

O director adjunto da Biocom declarou, em exclusivo, ao VALOR que, a partir de 2020, o projecto atinge a maturidade, por isso estão calculados investimentos na ordem dos 550 milhões de dólares para aumentar os níveis de produção, dentro de quatro anos. **Págs. 18 e 19**

Produtos nacionais com código estrangeiro



Angola tenta, desde 2014, a obtenção de um código de barras nacional, junto da entidade europeia que pede 500 assinaturas e um órgão gestor fora do Estado. O Ministério da Economia conseguiu cerca de 300 e a 'Codiango' espera a legalização do Ministério da Justiça desde o começo do ano passado. **Pág. 4**

Moedas AKZ USD 166,7 Kz (+0) ▲ EUR 188,0 Kz (-0,5) ▼ LIBRA 241,8 KZ (+3,5) ▲ YUAN 25,6 Kz (-0,1) ▼ RAND 11,5 kz (+0) ▲

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



QUEM É O PRÓXIMO?

A comissão de reajustamento do sector petrolífero, nomeada o ano passado pelo Presidente da República, propôs o retalhamento da Sonangol. E o Governo não hesitou. Foi uma decisão acertada. A petrolífera pública não só perde os direitos de concessão da exploração dos recursos hidrocarbonetos, como fica afastada de representar o Estado nos negócios do petróleo. Em sua substituição nesses dois papéis nascem duas novas entidades. Uma Agência que, entre outras atribuições, passa a responder como concessionária e um Conselho Superior cujas atribuições se confundem com uma espécie de holding do Estado. A Sonangol fica assim concentrada, sobretudo, na parte operacional, ou seja, no negócio.

Mais uma vez, tratou-se de uma decisão correcta e a razão desta afirmação é, antes de mais, lógica. Quando foi anunciada a comissão de reajustamento do sector petrolífero, ficou claro que se tratava, na verdade, do reajustamento da Sonangol. Porque a gestão do petróleo, em Angola, em toda a sua dimensão, contou sempre com a presença da petrolífera pública. Como já escrito e falado vezes sem conta, a Sonangol passou, aliás, a ser confundida com um Estado dentro



do Estado. Com privilégios exclusivos de gerir os interesses comuns quase que completamente fora do raio do escrutínio público. E com a consequência imediata de ter acumulado poderes que, se suspeita, eram susceptíveis de escapar do controlo das autoridades públicas. A redefinição de todo este universo, muitas vezes defendido por razões históricas, era, por isso, mais do que necessária. Era politicamente recomendável e tecnicamente obrigatória.

Mas, dito isto, há que antecipar um aviso necessário. A reestruturação da Sonangol só poderá ser defendida em toda a sua extensão, se as novas instituições criadas não sucumbirem aos vícios do poder, da batota e das más práticas. Afinal há o reconhecimento quase consensual de que o maior problema de Angola não é propriamente a ausência de ideias ou o desconhecimento das boas práticas. Mas antes a incapacidade e, sobretudo, a falta de vontade de se

optar pelo 'bem fazer', quando a alternativa gera proveitos ilícitos que lesam os interesses públicos. Mas não é apenas isso. Com as contas públicas apertadas ao ponto de exigirem o 'indesejado emagrecimento' do Estado, é, no mínimo, obrigatório, que as novas agências não acarretem estruturas que exijam despesismo. Mais salários, mais arrendamentos, mais benesses, mais compras assumidamente secundários, nesta fase, seria mais do que um tiro no pé. Seria um tiro directo na cabeça.

A propósito vale a pena até recuperar o que antecipa um dos analistas citados nesta edição sobre a onda de reformas que o processo Sonangol pode desencadear. Em época de apertos todas as reformas que traduzam melhores regras, menos custos e mais eficiência não podem ser ignoradas. E, ainda que numa escala diferente, a Endiama é a sócia da Sonangol nos diamantes. Tem o apito na boca, assinala as faltas, mas também joga. É concessionária e operadora. Os carris por onde passa o comboio das reformas estruturais no sector público podem estar direccionados para a Endiama e, a confirmar-se, a próxima paragem será na Rua Rainha Njinga. À partida, a Endiama está em claro conflito com o Código Mineiro que determina que as concessionárias não podem, directamente, explorar e comercializar mineiros. A ver vamos.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral-Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo: António Nogueira

Editor gráfico e chefe de produção: Pedro de Oliveira

Redacção: António Miguel, Isabel Dinis, José Zangui, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias, Emídio Fernando e Edno Pimentel

Secretária de Redacção: Lúcia de Almeida

Fotografia: Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuessa

Paginação: Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Colaboradores: Cândido Mendes

Produção gráfica: Notiforma SA

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão, Nelson Manuel e Valdimir de Almeida

Departamento comercial: Arieth Lopes, Geovana Fernandes e Mariquinha Rego

Tel.: +244941784790-(1)-(2)

Nº de Contribuinte: 5401180721; **Nº de registo estatístico:** 92/82 de 18/10/82

Tel.: +244 936272323

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones:

+244 222 320510, 222 320511

Fax: 222 320514

A semana

25

3 PERGUNTAS A...



Licínio Contreiras

Quais são os objectivos do 'Feito em Angola'?

O Programa procura, por um lado, educar os consumidores nacionais a preferir o que é nosso e, por outro, sensibilizar os produtores a produzirem mais e melhor, unindo-os em torno de uma mesma marca, que deverá ser sinónimo de qualidade e motivo de orgulho nacional.

Qual é o balanço?

Uma das condições para um produto aderir é ter um Valor Acrescentado Nacional (VAN) de pelo menos 50%. A falta de contabilidade analítica tem sido a principal dificuldade. O programa tem já mais de 60 produtos. Começamos a trabalhar para aumentar os benefícios para as empresas aderentes. Além da publicidade gratuita, também há a preferência das compras do Estado, a participação em feiras e outros certames institucionais, bem como o acesso aos pacotes do INAPEM e à sua base de contactos.

Que impacto deverá ter?

Numa fase posterior, o 'Feito em Angola' vai servir também para projectar as exportações de Angola, devendo, por isso, a marca estar sempre associada à qualidade.

TERÇA-FEIRA

A direcção do Caminho-de-Ferro de Moçêmedes anunciou que a falta de passageiros está a condicionar a circulação regular de comboios entre Namibe-Lubango e vice-versa, quatro anos depois da reabilitação total do troço ferroviário.

QUARTA-FEIRA

O Conselho de Ministros aprovou o novo modelo de limpeza urbana de Luanda e o projecto que aprova o Regulamento da Taxa dos Serviços de Limpeza e Saneamento. Está aberto para a assinatura de contratos com as empresas que vão operar no sector do lixo, em regime de concessão.

QUINTA-FEIRA

O BNA anunciou a venda de divisas no valor de 1,3 milhões de dólares, de 18 a 22 de Abril, para cobertura de necessidades das companhias aéreas. Neste período, a taxa de câmbio média de referência de venda do dólar no mercado cambial primário era de USD=AK 166,707.



SEGUNDA-FEIRA

Arrancou, em Luanda, o Fórum sobre Financiamento e Gestão de Programas Sociais do Estado, numa promoção do Governo. Foram analisadas as premissas para se continuar a investir e a implantar as políticas e os programas do sector social de maneira mais equilibrada e mais proveitosa.

SEXTA-FEIRA

O Ministério das Pescas realizou, em Luanda, o primeiro Conselho Consultivo/2016, sob o lema 'Aumentar a Produção para Contribuir para a Segurança Alimentar e Nutricional'. O fórum visou o encontro de soluções para o aumento da produção pesqueira e do sal.



SÁBADO

A ministra das Pescas, Victória de Barro Neto, exigiu aos funcionários do Serviço Nacional de Fiscalização, Pesquisa e Aquicultura "maior rigor, controlo e eficácia das actividades pesqueiras nos mares, rios e lagoas do país".



DOMINGO

Os projectos mineiros prontos para arrancar, em Angola, vão exigir um investimento de 1.580 milhões de dólares, anunciou o ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz.



COTAÇÃO



MERCADOS EMBAIXA

Depois de uma semana mista, repleta de altos e baixos, os principais mercados bolsistas internacionais chegaram ao fim da semana em terreno negativo arrastados por publicações de resultados decepcionantes em diversos sectores como a banca ou as telecomunicações. Nos mercados norte e sul-americanos, o S&P liderou as perdas, na Europa, o CAC40 francês chegou a desvalorizar 1,78%, e, nos mercados asiáticos, o Nikkei perdeu 3,61%.

PSI 20	5.065,50	-37,32	-0,73%
DAX Futuros	10.215,5	-127,0	-1,23%
CAC 40	4.478,80	-78,56	-1,72%
IBEX 35	9.119,50	-149,50	-1,61%
S&P 500 Futuros	2.069,50	-3,00	-0,14%
Dow 30 Futuros	17.745,0	-16,0	-0,09%
Índice Dólar	93,33	-0,40	-0,43%
Índice Euro	89,52	+0,16	+0,18%

Petróleo Brent	48,05	+0,28	+0,59%
Petróleo	46,48	+0,45	+0,98%
Gás Natural	2,054	-0,024	-1,15%
Ouro	1.282,25	+15,85	+1,25%
Prata	17,895	+0,342	+1,95%
Cobre	2,279	+0,047	+2,13%
Café Londres	1,548.50	+7.50	+0,49%
Alumínio	1,674.50	+11.25	+0,68%

BOLSAS ARRASTADAS PELO PETRÓLEO

No melhor mês do petróleo desde 2009, com o Brent a tocar os 50 USD por barril com a quebra da produção petrolífera nos EUA, as principais mercadorias fecharam a semana com ganhos derivados do recurso dos investidores frustrados com os fracos resultados nos serviços. O PSI20 português, que seguia a tendência de perdas europeias, moderou a desvalorização devido aos resultados da Jerónimo Martins e do outlook positivo sobre a dívida portuguesa pela agência de rating DBRS.

Economia/Política

ANGOLA PRECISA DE MAIS 200 ASSINATURAS PARA TER CÓDIGO PRÓPRIO

Código de barras dos 'Feito em Angola' é estrangeiro

COMÉRCIO. Entre as exigências do Global Standard para a implementação do código de barras nacional, há a condição de que seja instituído um órgão de raiz, que não tenha a “mão visível do Estado”.

Por Isabel Dinis

Angola continua na ‘luta’ para conseguir um código de barras nacional. Em 2014, com a implementação do programa ‘Feito em Angola’, o Ministério da Economia submeteu ao GSI (Global Standard) – o Sistema de Normas Globais de Identificação e Codificação de Bens e Serviços mais utilizado no mundo - o processo de criação do código, mas a instituição sedeada em Bruxelas fez exigências que o país ainda não cumpriu. Além de um mínimo de 500 assinaturas de operadores e produtores económicos, a GSI obriga à instituição de um órgão de raiz, em que não haja a ‘mão visível do Estado’.

Ana Celeste, do Ministério da Economia, confirma ao VALOR que as duas exigências ainda não estão satisfeitas. Em termos de assinaturas, até ao momento estão reunidas cerca de 300, estando em falta duas centenas. No caso do órgão independente, Celeste avança que há uma comissão já criada e que o Ministério, depois de todo o processo, vai deixar a instituição caminhar por si. “A associação precisa de legalização por parte do Ministério da Justiça, para poder ter um código de barras. No início do ano passado, deu-se a entrada na justiça, mas o processo está muito lento. Até agora não há uma decisão formal. O Ministério diz que está a tratar, mas até agora nada”, explica, apontando o Março de 2017 como a data mais provável para a formalização do código de barras nacional, por parte da Global Standard que abre espaço todos os anos no mesmo período.

A associação, denominada Codiango, já tem um conselho de administração e um dos requerentes cedeu um espaço físico para poder dar informação a outros aderentes.

Até estarem reunidas as condições exigidas pela GSI, os produtos ‘made in Angola’, mesmo ostentando o selo e produzidos localmente, vão continuar a ser catalogados nos supermercados como produtos importados, por trazerem códigos de barras de países como Brasil, África do Sul e Portugal. “O que se passa é que, por enquanto, Bruxelas não vê a importância de um código de barras nacional por acreditar que não há uma produção interna, o que é produzido é rotulado como estrangeiro”.

Caso Angola receba a aprovação da Global Standard, a entidade vai fornecer uma formação de ferramentas

CÓDIGO DE BARRAS

O código de barras é uma ferramenta que facilita o controlo quer dos ‘stocks’, quer da identificação dos produtos (autêntico bilhete de identidade), origem e a própria ficha técnica. Dados recentes dão conta de que o código de barras é utilizado por cerca de 150 países em representação de mais de um milhão de empresas.

de funcionamento e as empresas que usam códigos de barras de outros países, durante um período, vão usar o código nacional e estrangeiro até à fase em que vai se proibir o uso de códigos estrangeiros.

CONSTRANGIMENTO NACIONAL

José Severino, presidente da AIA, acredita que a falta de um código de barras nacional constitui um “constrangimento” para a economia nacional.

Para o industrial, a sua implementação vai criar fluidez de mercadorias, vai criar padrões para o cliente e permitirá que as instituições “deixem de pesar os produtos quando deviam vir ensacados com o código de barras”. Dentro das regras universais emanadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC), observa Severino, o país precisa desta sistematização se não corre o risco de ter vários sistemas, como já está a acontecer. “Angola tem de fazer uma opção, ou define o seu código de barras ou assume um que tenha ampla credibilidade internacional e com quem tenha uma perspectiva de maior integração.”

Já o economista Lopes Paulo acredita que a ausência do código de barras nacional também constitui um “entrave” para que Angola possa exportar, além do petróleo, na Lei para o Crescimento e Oportunidade de África (AGO), uma abertura de que Angola dispõe desde 2003, para exportar para o mercado norte-americano.

Segundo dados do Ministério da Economia, os produtos ‘Feitos em Angola’, enquadrados no programa Angola Investe, já têm adesão de 88 empresas e cerca de 800 produtos.



CMC mais presente nas universidades

A Comissão do Mercados de Capitais (CMC) prevê, durante o mês de Maio, intensificar as palestras sobre a importância da instituição aos estudantes do ensino superior, deu a conhecer, sexta-feira, o director do departamento de Comunicação e Apoio ao Investidor, José Matoso.

Em declarações à imprensa, após o Workshop sobre o Mercado de Capitais em Angola, o responsável disse que os estudantes actuais serão posteriormente os participantes do mercado, nas vestes de operadores e investidores e precisam de uma base de conceitos que os permita no futuro dominarem o sector.



INADEC capacita quadros

Dois mil e 600 funcionários a nível do país que trabalham no sector alimentício foram formados sobre o assunto, de Julho de 2014 a 29 de Abril deste ano, no âmbito do Programa Nacional de Formação em Higiene e Segurança Alimentar. O dado foi tornado público, na última quinta-feira, em Luanda, pela directora-geral do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC), Paulina Semedo, tendo acrescentado que, no período em referência, foram igualmente formados 23 fiscais da instituição, que operam em seis províncias do país.

A **BALANÇA** comercial entre Angola e Alemanha registou, em 2015, uma redução de 19,49%, comparativamente ao ano anterior, disse, em Luanda, o secretário de Estado das Relações Exteriores, Manuel Augusto, que discursava na II sessão da Comissão Mista Bilateral entre Angola e Alemanha.



MAIS DE TRÊS TONELADAS de produtos diversos foram incineradas durante o primeiro trimestre deste ano, no Bié, pelo Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC), por estarem em condições impróprias para consumo.



PREÇOS SUBIRAM MAIS DE QUATRO VEZES

Escassez de fertilizantes afunda produção agrícola

AGRICULTURA. Para adquirir fertilizantes alguns proprietários de fazendas fazem-no por via de 'esquemas' e em quantidades ínfimas para não parar a produção e manter o negócio.

Por Isabel Dinis

George Simões, proprietário da fazenda JRS-Caro Jamba, no Namibe, descreve o actual cenário na agricultura como "assustador" e "complicado" para os objectivos nacionais de redução das importações de bens alimentares.

Desde que os preços começaram a disparar, em meados do ano passado, o empresário reduziu a compra de insumos em 90%, saindo dos 100 para apenas 10 sacos de fertilizantes por trimestre. "Ainda assim, faço esquemas para conseguir e isto quando alguém arranja", explica o empresário que antecipa "despedimentos, redução de capital e diminuição da qualidade de vida dos funcionários".

Os fertilizantes compostos para uso de irrigação (ou seja, os que se aplicam directamente nas folhas das plantas) custavam entre qua-

tro a sete mil kwanzas por saco de 25 quilos até à primeira metade de 2015. Hoje estão a ser comercializados a 20 mil kwanzas e há vendedores que chegam a fazê-lo a 30 mil. "Quem precisa tem de pagar. Estou habituado a ter produções permanentes e agora são temporárias e algumas vezes sem qualidade. Não temos pesticidas, nem inseticidas, nem fungicidas. Não temos adubos e isso encarece a produção", lamenta o empresário.

Proprietário de duas fazendas, uma em Benguela e outra no Namibe, Inácio Canganji confirma que, ultimamente, só consegue encontrar os fertilizantes, "a preços exorbitantes", no mercado informal. "O adubo subiu de cinco mil para 20 mil kwanzas e o amónio também", nota o empresário que gostaria de ter um lugar no mercado formal para vender os produtos que, às vezes, acabam por se deteriorar por falta de escoamento.

Para o director-geral da Acção para o Desenvolvimento Rural (ADRA), Belarmino Jelembi, a

10

Os fazendeiros só compram 10 sacos de fertilizantes contra os 100 anteriores

20

Mil kwanzas, preços de sacos de fertilizantes que custavam sete mil kwanzas

situação dos fertilizantes é "muito difícil", já que o país depende de importações para obter o produto e há "limites sérios" no acesso às divisas. Aquele dirigente não tem dúvidas de que a situação pode prejudicar as próximas produções, principalmente das culturas viradas para o mercado como as hor-



tícolas e algumas leguminosas. Uma fonte da Confederação das Associações dos Camponeses de Angola (UNACA), no Namibe, afirmou, no entanto, que, apesar da crise, a província sempre teve uma procura elevada de fertilizantes, por causa da dependência em relação a Huíla e Benguela.

GOVERNO CRIA TRÊS PROJÉTOS

Angola importava, até 2014, cerca de 58 mil toneladas de fertilizantes por ano, 6% das necessidades do

país, estimadas em 900 mil toneladas por ano, segundo dados do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Para suprir essa necessidade, em 2015, foram aprovados três projectos para a produção de fertilizantes em duas províncias: os Projectos Integrados de Exploração de Fosfatos, nas regiões de Cacata e Lucunga (no Zaire) e uma central de produção de fertilizantes de amoníaco e ureia em Cabinda.

Sonangol com dificuldades de abastecer

A Sonangol Distribuidora informa, em comunicado, que o serviço de distribuição de combustíveis a vários postos de abastecimento tem estado condicionado, nos últimos dias, devido às más condições climáticas que se verificam em vários pontos do país, decorrentes das chuvas.

O mau clima, segundo a empresa, tem estado a dificultar a atracagem de navios de transporte de combustível em alguns terminais. "A situação tem provocado restrições na reposição de stocks de combustíveis e consequentemente, o normal abastecimento de derivados do petróleo a vários postos de abastecimento", lê-se no documento.



Novo Boeing da TAAG já em terra

A Boeing procedeu, na passada sexta-feira, em Seattle à entrega de uma nova aeronave à TAAG. Trata-se do 777-300ER, comprado pela companhia aérea nacional sob um mecanismo de financiamento entre o Governo de Angola e o banco de investimentos HSBC, informa o Ministério das Finanças, no seu website.

O novo Boeing 777-300ER, apelidado de "Iona" - numa alusão ao parque nacional no deserto do Namibe -, é o segundo de uma encomenda inicial de três aeronaves ao fabricante norte-americano.



Economia/Política

RECOMENDAM ESPECIALISTAS

Rigor na contratação da dívida pública deve ser redobrado

FINANÇAS PÚBLICAS. Os níveis do endividamento público do país têm estado a aumentar nos últimos anos. Depois de, em 2015, ter representado um peso de 46,9% na economia, os dados oficiais indicam que o stock da dívida governamental deverá atingir este ano 49,7% do Produto Interno Bruto (PIB).

Por António Nogueira

Em quatro anos, o stock da dívida governamental, em termos nominais, aumentou cerca de 56%, na vertente interna, passando de 13,92 mil milhões, em 2010, para 21,78 mil milhões de dólares, em 2014. No mesmo período, o stock da dívida externa saiu dos 9,51 mil milhões para 30,2 mil milhões de dólares, representando um crescimento de 217,8%.

Apesar de estar ainda abaixo dos limites internacionalmente recomendados – 60% do PIB –, os economistas alertam para a necessidade de se redobrar atenção sobre os critérios de contratação da dívida, “tendo sobretudo presente os encargos que lhe são inerentes e a sua pressão na tesouraria nacional”.

“A questão crítica que se coloca em razão do endividamento externo

é a sua prioritária orientação para a realização de despesas de capital, traduzidas em investimentos reprodutivos, como é o caso de infraestruturas e projectos ligados à indústria, ao conhecimento e à tecnologia”, realça o consultor económico Galvão Branco, em declarações ao VALOR.

Para o consultor económico, “se houver equidade, rigor e transparência na utilização de recursos públicos decorrente de crédito titulado, o endividamento, quer interno, quer externo, não constitui, por si, uma ameaça à estabilidade e crescimento

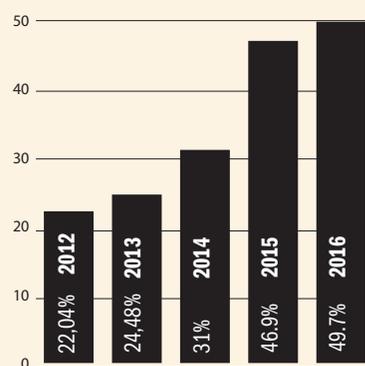
do país, à semelhança do que ocorreu e ainda ocorre em vários países do mundo, com sistemas económicos mais maduros”.

Outro alerta colocado por especialistas prende-se com as taxas de juros cobradas ao Estado, que tendem a ser cada vez mais altas.

Em recente entrevista à Lusa, o economista Emílio Londa alertou que “pela emissão de obrigações em moeda estrangeira, os investidores já pedem um rendimento (yield) médio superior a 12%” e que, no caso dos Bilhetes do Tesouro, em

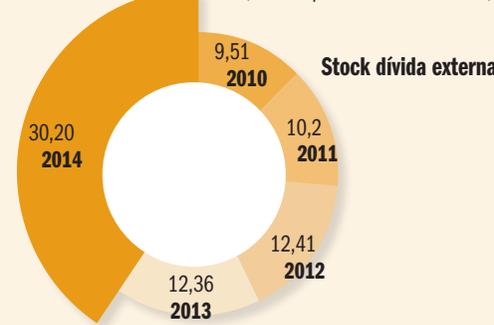


Peso da dívida pública no PIB



Evolução da dívida governamental

(valores expressos em mil milhões USD)



Stock dívida interna



75%

O SECTOR DIAMANTÍFERO apresenta sinais de crescimento. Produziu nos últimos dois anos 7.962.330 quilates. A Sociedade Mineira de Catoca foi a responsável por 75% dos diamantes produzidos.



AS TROCAS COMERCIAIS entre Angola e África do Sul caíram na ordem dos 75%, de 2 mil milhões dólares para 553 milhões de dólares, em 2015.

moeda nacional, as taxas não param igualmente de subir, fixando-se as taxas de juros, neste caso em particular, entre 15 e 17%, em função da maturidade.

A forte quebra nas receitas com a exportação de petróleo, que se verifica desde meados de 2014, aumentou a necessidade de Angola contrair financiamentos face aos desequilíbrios macroeconómicos gerados.

No início de Janeiro, o ministro das Finanças, Armando Manuel, reconheceu a vulnerabilidade da economia nacional, tendo afirmado que “o Executivo está a trabalhar na optimização da carteira de fundos e a procurar recursos adicionais de financiamento externo de forma responsável e sem fazer comprometer o quadro da sustentabilidade do endividamento público”.

Galvão Branco lembra que as intervenções do Tesouro no mercado, através do BNA, são um mecanismo possível de se contrair empréstimos obrigacionistas junto do sistema financeiro e a particulares, proporcionando, contudo, algumas valias que decorrem do facto desses “papéis do Tesouro” serem indexados ao dólar e terem maturidades e taxas de juro razoáveis e atraentes.

Entretanto, o consultor entende que, em matéria de dívida pública interna, o país “deve consolidar o mercado de negociação desses papéis, dando rigorosa atenção ao seu regaste no final dos períodos de maturação e com o pagamento dos juros”, bem como, no caso da dívida externa, “ser exemplar para com a regularização do serviço de dívida e o accionamento dos colaterais, em função dos termos e condições de cada empréstimo”.

REFORÇO DE FINANCIAMENTO
Já o economista António Conceição entende que Angola, para suprir as necessidades de equilíbrio fiscal,

MEMORIZE

● **De acordo com dados oficiais,** Angola vai gastar mais de 6,2 mil milhões de dólares entre 2016 e 2017 com o serviço da dívida pública contraída externamente, mas o petróleo abaixo dos 38 dólares por barril pode obrigar à reestruturação da carteira.

3,32

Mil milhões de dólares é quanto deverá custar a dívida angolana contraída externamente, em 2016

42,9

Mil milhões de dólares é quanto atingiu o stock da dívida pública, no ano passado, correspondendo a 48,7% do PIB.

terá de continuar a sondar mercados para obtenção de financiamentos, “até ao limite da exposição da taxa de esforço para cobrir o serviço da dívida e, com isso, criar bases para a diversificação da economia como fonte de receitas fiscais sustentada”, sendo que a previsão de estabilização dos níveis do preço do barril de petróleo no mercado apontam para o ano 2020.

“O Governo deve proceder a uma gestão que permita qualificar o grau de investimento que estabeleça metas objectivas que visem a viabilidade da relação entre a dívida e o PIB, dado

o aumento deste último por efeito combinado do crescimento da economia e de alguma inflação remanescente”, salienta.

O economista considera que a única forma de o país reduzir o peso da dívida pública no PIB, é “através do aumento da base produtiva interna e também da diversificação da economia que permitirá melhorar as fontes de receitas fiscais”.

De acordo com dados oficiais, Angola vai gastar mais de 6,2 mil milhões de dólares entre 2016 e 2017 com o serviço da dívida pública contraída externamente, mas o petróleo abaixo dos 38 dólares por barril pode obrigar à reestruturação da carteira.

A informação consta de um documento de suporte à estratégia do Governo para ultrapassar a crise financeira, que indica que o “stock” de dívida pública atingiu em 2015 os 42,9 mil milhões de dólares, correspondendo a 48,7% do PIB.

“Esse total é distribuído por 23,5 mil milhões de dólares contraídos externamente e 25,8 mil milhões de dólares internamente”, lê-se ainda no documento.

O juros da dívida angolana, contraída externamente, deverá situar-se em 2016 em cerca de 3,32 mil milhões de dólares e no ano seguinte 2,91 mil milhões de dólares.

Na semana de 28 de Março e 1 de Abril, a dívida pública colocada por Angola em títulos do tesouro, via Banco Nacional de Angola (BNA), atingiu 81,9 mil milhões de kwanzas, um dos valores mais altos do ano.

Entretanto, uma semana depois a dívida pública colocada pelo BNA viria a cair para a metade para cerca de 42,6 mil milhões de kwanzas, pagando mais de 18% de juros em títulos do tesouro.

Só em Março, o BNA colocou dívida pública nos mesmos moldes no total de 310 mil milhões de kwanzas.

PUB

www.macontransp.com



Seu Destino, nosso Objectivo!

Aluguer, Fretamento & Turismo

A Macon Transportes está presente por toda Angola, excepto Cabinda, transportando pessoas para lazer ou trabalho há mais de 14 anos.

Realizamos os serviços de Aluguer, Fretamento e Turismo, para atender viagens de passeios, negócios e encontros diversos, além de soluções customizadas e adequadas para o transporte de funcionários de empresas entre suas casas e locais de trabalho.

Dispomos de estrutura própria de atendimento e a frota mais nova do país, monitorada via satélite que significa maior segurança e pontualidade durante as viagens.

Fretamento



Urbano



Conforto para todo tipo de Viagem



Turismo



Autocarros Monitorados Via Satélite



A Macon têm as melhores opções para suas necessidades em Transporte, com serviços diferenciados com foco total no Conforto, Segurança e na Qualidade.



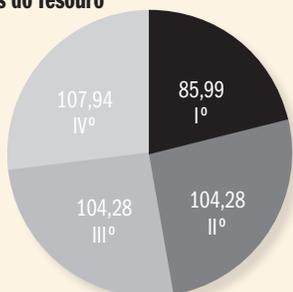
comercial@macontransp.com

923 61 61 58 / 226 21 35 04

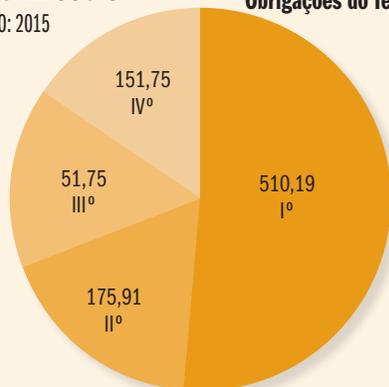
Captação do financiamento por trimestre

(valores expressos em mil milhões AKZ) ANO: 2015

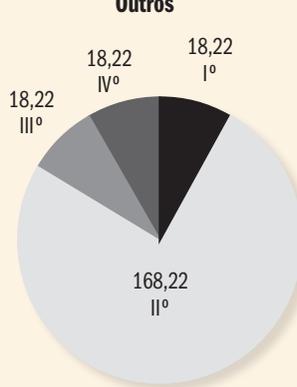
Bilhetes do Tesouro



Obrigações do Tesouro



Outros



Fonte: Ministério das Finanças

Economia/Política

META ASSUMIDA PARA 2017 CUMPRIDA EM CERCA DE 35%

Governo falha promessas da energia

ELECTRICIDADE. A sete meses de 2017, o compromisso assumido, repetidamente, pelo ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, de Angola atingir a capacidade energética de 6200 mega watts (MW), contra os actuais 2.020, parece impossível de atingir.



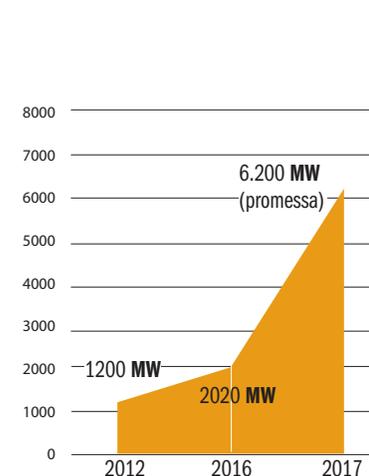
● Está em curso a montagem de centrais térmicas em quase todas as províncias.

TIPOS DE ENERGIAS POSSÍVEIS DE EXPLORAR

Biodiesel, solar, eólica. A Biocom, um investimento privado projecta produzir 45 MW de energia, a partir da cana-de-açúcar.

O quadro institucional angolano prevê a implementação de acções para o desenvolvimento de energias renováveis.

Necessidade projectada de 6.200 MW para cobrir 87% da população (calculada com base em 24 milhões de Hab)



Por José Zangui

produzir a totalidade da sua capacidade instalada, com a entrada em funcionamento da segunda central.

As infra-estruturas da barragem de Laúca estão concluídas em 77%, mas a parte mecânica está abaixo da metade. E, como lembra o ministro, com o défice energético nos 67%, “mesmo que todas as barragens tivessem operacionais, não dariam energia para todos”. Dos mais de 25 milhões habitantes apenas 33% tem acesso à energia, enquanto os demais aguardam pelo resultado dos investimentos. Até lá, a população cresce, assim como cresce o sector industrial e empresarial, colocando as metas cada vez mais aquém da demanda. A Vidrul, a Lacteangol, a Cuca, são apenas algumas empresas que gastam grande parte dos seus recursos com a energia alternativa, os geradores que asseguram as produções e protegem a maquinaria e o equipamento dos picos e oscilações da escassa energia de rede disponível. O sector agrícola também se queixa dos custos de energia para a irrigação.

O especialista em energia e gás, José de Oliveira, é peremptório e afirma que “o problema energético atrasa o desenvolvimento económico”. Já o economista Lopes Paulo calcula que, em

2025, a população poderá atingir os 33 milhões de habitantes, pelo que, se as perspectivas forem com base na população actual e admitindo uma taxa de crescimento de 3%, o Governo poderá voltar a falhar as metas.

PONTO DE SITUAÇÃO DOS PRINCIPAIS PROJECTOS

● A barragem de Cambambe, no Kwanza-Norte, em fase de modernização, produz apenas 180 MW, actualmente. Prevendo-se que sejam adicionadas 960 MW quando em Junho entrar em produção a segunda central.

● No projecto hidroeléctrico de Laúca, na mesma província, as obras de engenharia civil estão concluídas em 77%. Até ao momento já consumiu dois mil milhões de dólares dos cinco mil milhões previstos para a conclusão.

● Em Malanje está localizada a barragem de Capanda, o maior projecto hidroeléctrico até aqui concluído, com capacidade instalada de 520 mega watts, devido a questões técnicas não produz a 100%, chegando às vezes a abastecer 43% do seu potencial.

Em 2012, o Governo prometeu desenvolver uma capacidade energética de mais de 6.200 MW, até ao final de 2017, o que representaria uma cobertura de cerca de 82% população, (com base em dados de 24 milhões de habitantes). João Baptista Borges, Ministro da Energia e Águas reforçou entretanto que em 2025 Angola iria atingir os nove mil MW.

Mas a produção, nos últimos cinco anos, cresceu muito abaixo dos objectivos, saindo dos 1.200 para os actuais 2.020 MW. Para se atingir a meta estipulada para 2017, seria necessário produzir mais cerca de 4000 megawatts. Entretanto, os projectos estruturantes nos quais se depositava a esperança de cumprimento dos objectivos, (Kapanda e a modernização da barragem de Cambambe), não correspondem às expectativas. O primeiro não funciona a 100%, já o segundo apenas em Junho volta a

Estado ausculta fornecedores

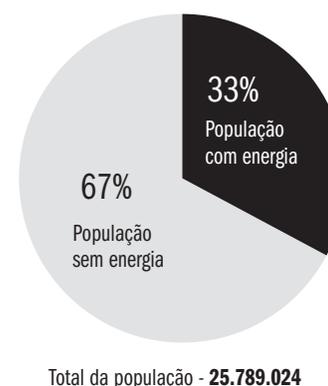


O Serviço Nacional da Contratação Pública (SNCP) realizou, semana passada, uma sessão de auscultação junto dos fornecedores do Estado com o objectivo de partilhar ideias com vista a maior participação das Micro Pequenas e Médias Empresas, na contratação pública nacional.

Durante a reunião, a directora-geral do SNCP, Rosária Filipe, lembrou que, desde o início efectivo das suas funções, o SNCP tem realizado acções mais voltadas para as entidades públicas contratantes, e que a esta altura torna-se cada vez mais necessário expandir o escopo de acção a todos os intervenientes do mercado, fundamentalmente aos fornecedores do Estado.

“As empresas precisam de ter conhecimento dos direitos e obrigações que as assiste no processo de formação e execução dos contratos públicos. O SNCP está disponível para prestar eventuais esclarecimentos bem como realizar acções de formação voltadas para as empresas, principalmente, no quadro da recentemente aprovada Lei dos Contratos Públicos”, afirmou.

Entre os participantes, destacaram-se representantes de agremiações como a Associação Empresarial de Luanda, o LIDE e de empresas como Sistec, Grupo Valoeste, Mota Engil, Grupo 7 Cunha e Bartolomeu Dias.



Total da população - 25.789.024

33

Por cento, população total com acesso à energia eléctrica.

O MELHOR DAS NOVELAS
É NA ZAP QUE DÁ.

Zap NOVELAS
CANAL 70



Fatmagul

SEGUNDA A SEXTA

18H00



SEGREDOS DO PARAÍSO

SEGUNDA A SEXTA

20H00



IMPERDÁVEL

SEGUNDA A SEXTA

21H00

 **LIGUE**
935 555 500
apoio.cliente@zap.co.ao
Todos os dias, incluindo feriados,
das 7:00 às 24:00

Visite-nos em www.zap.co.ao e siga-nos    

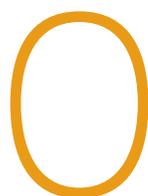
Mercado & Finanças

BANCOS OBRIGADOS A GUARDAR 30% DOS DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL

Reservas obrigatórias sobem pela quarta vez em 17 meses

DEPÓSITOS. Alteração do coeficiente de reservas obrigatórias em moeda nacional de 25 para 30% vai ter influência na disponibilidade financeira dos bancos. Empréstimos podem ficar mais caros e juros mais altos.

Por Nelson Rodrigues



Banco Nacional de Angola (BNA) voltou a alterar o coeficiente de reservas obrigatórias em kwanza dos

bancos comerciais pela quarta vez em pouco mais de um ano. Os bancos estão obrigados, desde a segunda semana de Abril, a guardar 30% dos depósitos dos clientes no banco central, mais cinco pontos percentuais (pp), face à taxa anterior fixada, obedecendo ao instrutivo número 2/16, de 11 Abril.

As reservas obrigatórias correspondem à parcela dos depósitos que os bancos são obrigados a depositar no banco central. Em teoria, quanto maior o coeficiente de reservas obrigatórias, menos dinheiro os bancos podem emprestar aos agentes económicos. Se o coeficiente de reservas obrigatórias aumenta, os bancos tendencialmente passam a cobrar juros mais altos aos clientes para não baixarem os lucros.

No entanto, o BNA admite que até 80% do valor das reservas pode ser usado pelos bancos desde que sirva para financiar o sector produtivo.

Esta nova mexida – que sucede aos anteriores 25% estipulados em Junho do ano passado – é justificada com a necessidade de “ajustar as regras de apuramento e cumprimento das reservas obrigatórias ao actual quadro de estabilidade macroeconómica”, além da tradicional função de controlo dos níveis de liquidez na economia.

É a quarta mexida no coeficiente de reservas obrigatórias desde Novembro de 2014, quando o BNA



decidiu subir 2,5 pp de 12,5% para 15% em Janeiro do ano passado. Seguiram-se os meses de Fevereiro, com 20%, e Junho com 25%. O ciclo fecha no início de Abril último, com o banco central a exigir 30% de reservas obrigatórias.

Até Dezembro de 2014, as estatísticas do BNA apontavam para um total de reservas obrigatórias, em moeda nacional, avaliadas em 661.851 milhões kwanzas, sendo que, para totalidade de 2015, as contas registaram 885.213 milhões de kwanzas. Nos três primeiros meses deste ano, os bancos foram obrigados a guardar no BNA 2.873,3 milhões Kwanzas.

O coeficiente de reservas obrigatórias é uma das várias medidas

que o BNA adopta na execução da política monetária.

Quando a política monetária é apertada, seja através do aumento do coeficiente de reservas obrigatórias, seja via subida da Taxa BNA, o crédito fica mais escasso e mais caro.

DE ONDE SAEM AS RESERVAS

Segundo o documento em que a medida é apresentada, as reservas obrigatórias abrangem, em moeda nacional, os montantes de nove contas do CONTIF – acrónimo português de Contas das Instituições Financeiras – designadamente os depósitos a ordem, a prazo, outros depósitos e as operações de Venda de títulos próprios com acordo de recompra.

Também entram para as reser-

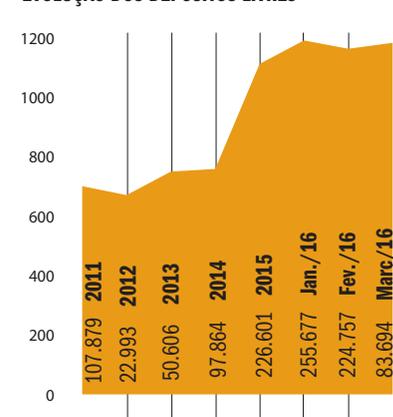


vas obrigatórias os títulos e valores mobiliários emitidos ou endossados, as obrigações por operações pendentes de liquidação e relações com correspondentes, além de obrigações por prestação de serviço de arrecadação fiscal.

“São elegíveis para o cumprimento das reservas obrigatórias em moeda nacional, os saldos referentes ao fecho diário da conta de depósito à ordem, aberta individualmente pelas instituições financeiras bancárias no BNA, as obrigações do Tesouro e os desembolsos dos contratos de financiamento celebrados com o Ministério das Finanças”, refere o instrutivo nº02/16, assinado pelo governador do banco central Válder Filipe Duarte da Silva.

Já em moeda estrangeira (ME), são elegíveis para cumprimento de reservas obrigatórias 20% dos activos com saldo da conta de depósitos em ME aberta no Banco Nacional de Angola e 80% com obrigações do Tesouro em ME emitidas a partir de 2015.

EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS LIVRES



2,8

Mil milhões de kwanzas, valor acumulado de reservas obrigatórias no primeiro trimestre de 2016.



AS VENDAS DE DIVISAS pelo BNA atingiram, na semana passada, mínimos de um ano, de 1,1 milhões de euros, segundo o relatório semanal do banco central sobre a evolução dos mercados.



OS LUCROS do banco BIC Angola subiram, em 2015, quase 35% face ao ano anterior, para cerca de 27,6 mil milhões de Kwanzas, correspondendo em dólares a 204 milhões USD, revela o balanço de fim de exercício da entidade.

FUNDO IMOBILIÁRIO DO BESA

Banco Económico tenta vender empreendimentos ruinosos do BESA

BANCA. As imparidades geradas pela sobrevalorização dos investimentos foram declaradas perdas dos accionistas do BESA e o encaixe das vendas reverte a favor do Banco Económico que manteve apenas um dos accionistas antigos.

Por Geralda Embalo

Com preços tabelados que rondam os 7000 dólares por metro quadrado, vários empreendimentos construídos através do fundo de investimento imobiliário BESACTIF, no tempo do BESA de Álvaro Sobrinho, estão num mercado que perdeu valor, em grande parte desocupados à espera de comprador. Apesar dos preços tabelados por metro quadrado se aproximarem do previsto nos projectos iniciais, o VALOR soube que são negociados com até cerca de 30% de desconto.

O património em causa inclui espaços nos edifícios da ESCOM, e das Torres Loanda ambos próximos do largo kinaxixi, as Torres Oceano ao lado do Cinetropical, o empreendimento Rosalinda no embarcadouro do Mussulo, o edifício Victória no Serpa Pinto, o empreendimento Acquaville em Talatona, e outros não disponíveis no website da instituição como o KN10 na Maianga.

Junto do Banco Económico, o VALOR tentou confirmar a informação oficiosa de que se tratariam de execuções de hipotecas de alguns dos

‘famosos empréstimos desaparecidos do BESA’, no entanto, a administração do Banco Económico esclareceu que estes e outros empreendimentos seriam parte do fundo do BESA criado para investimentos imobiliários, o BESACTIF. Questionada sobre outros accionistas do fundo, a administração do novo Banco Económico, que terá herdado a gestão dos empreendimentos, evoca o sigilo bancário mas confirma a compra de acções de um segundo fundo também detentor de empreendimentos imobiliários por parte de clientes do banco.

Estes accionistas do fundo imobiliário, bem como o BESA, não vão receber qualquer retorno desses investimentos, já que foram todos considerados perdas, imparidades encaixadas tanto no banco mau do BES português como pelos accionistas do BESA. Apenas um dos accionistas do BESA que se manteve accionista do Banco Económico, a empresa pública Sonangol, poderia receber algum proveito de futuras vendas, o que, graças às actuais condições do mercado imobiliário, se torna improvável.

EDIFÍCIOS DE LUXO VAZIOS HÁ ANOS

Alguns destes empreendimentos como as Torres Oceano estão no mercado há mais de um ano, e outros



como os edifícios da ESCOM, que segundo fontes se encontram em disputa legal, esses sim por execução de hipoteca por parte do Banco Económico, estarão quase vagos há mais de três anos. Sendo que se trataram de investimentos de longo prazo, muitos iniciados em 2011, e cuja construção também se arrastou graças às dificuldades de importação de material de construção, o longo período de ‘abandono’ dos edifícios de luxo também se deve ao processo que levou à extinção do BESA.

Fontes do ramo imobiliário confienciaram ao VALOR que a preferência do Banco Económico por vendas de prédios inteiros estaria também a condicionar a comercialização de fracções. O Banco Económico desmente a opção e garante estar aberto a ofertas de compra e mesmo arrendamento de fracções.

Questionada sobre o volume de perdas fruto das imparidades desses investimentos, a diferença entre o valor do investimento e do que é possível recuperar hoje em dia, a administra-

ção do Banco Económico reconhece ser elevada e conhecer as previsões, mas recusa divulgar.

No entanto, o mercado imobiliário, que se tem ressentido segundo análises do sector entre 20% e 30%, tanto do aumento substancial da oferta mas como da crise que levou a que muitas empresas petrolíferas (então as maiores investidoras) deixassem de comprar imóveis, não augura lucros ou esperança de recuperação dos investimentos dos extinto BESA.

Fontes do sector bancário afirmam officiosamente ao VALOR que “estes empreendimentos se tornaram veículos para fazer desaparecer dinheiro, já que à partida foram fortemente sobrevalorizados e num mercado em que, devido ao aumento substancial de empreendimentos, já se antecipava uma quebra numa lógica de mais tarde se assumirem perdas contabilísticas”. E acrescentam ainda que a discricção usada para aquisição de empreendimentos em fase de construção ou entrada de accionistas no fundo, que por sua vez cons-

truiu outros tantos empreendimentos, identificou personalidades da esfera política que, se dentro da estrutura accionista do fundo, poderiam “oferecer segurança em caso de investigação, que poderiam escudar o banco e a sua administração de qualquer problema”. Levando em conta também a desvalorização do kwanza face a um custo de construção à época mais elevado, a recuperação do investimento por parte do Banco económico vai ser várias vezes inferior às expectativas de lucro estimadas pelo BESA.

O BESACTIF, auditado pela KPMG em 2012, detinha um capital de perto de 98 mil milhões de kwanzas (980 milhões de dólares ao cambio da época) e foi o veículo eleito para contornar a proibição legal de aquisição de activos próprios imobiliários por parte de instituições bancárias. Os empréstimos concedidos pelo BESA e a que Álvaro Sobrinho afirmou ter perdido o rasto são alvo de uma investigação por parte da Procuradoria Geral de Angola anunciada na semana passada.

TORRES ESKOM 4 EDIFÍCIOS

24 pisos torre comercial
22 pisos torres residenciais
Preço por m2 cerca de 7 mil USD



TORRES OCEANO 2 EDIFÍCIOS

23 pisos torre comercial
24 pisos torre residencial
Preço por m2 entre 6 e 7 mil USD



CONDOMÍNIO ROSALINDA 6 EDIFÍCIOS

8 pisos prédios residenciais
cerca de 5 mil USD m2



TORRES LOANDA 2 EDIFÍCIOS

28 pisos torre residencial
24 pisos torre comercial
cerca de 7 mil USD m2



EDIFÍCIO VICTÓRIA 1 EDIFÍCIO

18 pisos torre residencial
Cerca de 7 mil USD m2



EDIFÍCIO KN10 1 EDIFÍCIO

12 pisos escritórios
Cerca de 5 mil USD m2



ACQUAVILLE RESIDENCIAL TALATONA 8 EDIFÍCIOS

8 pisos edifícios residenciais
Cerca de 5 mil USD m2



Mercado & Finanças

COM ACTIVOS EXTERNOS AVALIADOS EM 24,5 MIL MILHÕES USD

Angola na cauda entre os principais exportadores africanos

RESERVAS LÍQUIDAS. País fechou o primeiro trimestre deste ano com saldo de 24.550,8 milhões de dólares de activos líquidos externos. Valor cobre o mínimo exigível para seis meses de importação, mas está abaixo do montante consolidado por três países africanos exportadores de petróleo.

Por Nelson Rodrigues

A

s Reservas Internacionais Líquidas (RIL) de Angola ficaram avaliadas, até 31 de Março deste ano, em 24.550,8

milhões de dólares, a segunda mais baixa entre os cinco principais exportadores de petróleo em África, de acordo com um ranking elaborado pelo VALOR com base nas últimas estatísticas monetárias dos bancos centrais de cada país e dados do Banco Mundial.

Da lista dos exportadores africanos, a Líbia é o país com maior reserva em divisas avaliadas em 40.825,2 milhões de dólares, na primeira posição, seguida pela Guiné Equatorial e Nigéria, cujas últimas estatísticas disponíveis apontam para 30.186,7 milhões e 27.870,0 milhões de dólares em activos externos líquidos.

Angola e Argélia ocupam a quarta e quinta posições da lista, respectivamente, com activos externos líquidos na ordem dos 24.550,8 milhões e 15.270,0 milhões de dólares, as mais baixas reservas entre os produtores e exportadores de petróleo no continente africano.

As reservas internacionais líquidas, como o nome indica, correspondem à quantidade de dinheiro em moeda estrangeira à disposição dos bancos centrais para fazerem face aos compromissos externos do país. Em momentos de grave abrandamento das receitas em divisas, os países socorrem-se das reservas inter-

nacionais, para, entre outros, financiarem importações de bens e serviços no estrangeiro.

Os principais exportadores africanos têm observado, desde meados de Junho, forte redução nas suas reservas em moeda estrangeira com a desvalorização do preço do petróleo. A Líbia, por exemplo, perdeu 36,5%

dos seus activos líquidos externos, ao cair de 64.333,4 milhões em Dezembro de 2014 para os actuais 40.825,2 milhões de dólares.

A tendência foi a mesma para Angola, que viu suas reservas baixarem cerca de 13%, de 28.214,8 milhões, em 31 de Dezembro de 2014, para os actuais 24.550,8 milhões de dólares.

DÓLAR MAIS ESCASSO

O petróleo não é o único ‘culpado’ para a redução das reservas. Entre as motivações da baixa nas divisas de Angola está também a decisão das autoridades monetárias dos Estados Unidos da América, por via dos correspondentes sul-africanos – que vendiam dólares para Angola – de suspensão

da venda da ‘nota verde’ ao país.

Apesar de não ter havido justificações claras sobre a decisão, que várias fontes afirmaram, no período, que os “americanos desconfiam do destino que os angolanos dão ao dólar”. Medida que mais tarde ganharia ‘corpo’ com o abrandamento da actividade de bancos correspondentes.

Com as medidas, e segundo noticiou o VALOR no início de Abril, os bancos angolanos ficaram ‘impedidos’ de movimentar dólares com destino aos Estados Unidos.

O Standard Chartered, por exemplo, foi o último banco a “fechar tudo”, no ano passado, seguindo as pegadas do Citi Bank e do HBSC que deixaram Luanda muitos anos antes, de acordo com fontes do VALOR.

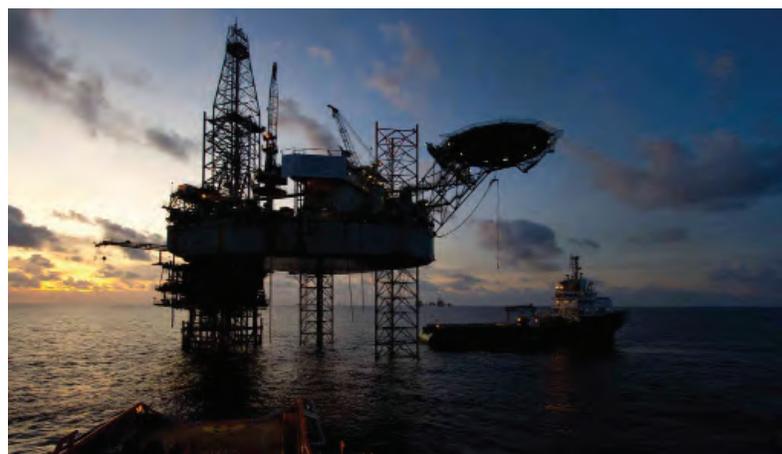
BNA ANUNCIA ESTRATÉGIAS

Apesar da queda nas reservas, o total de activos líquidos pode financiar até oito meses de importação, conforme defendeu, no início de Abril, o governador do BNA.

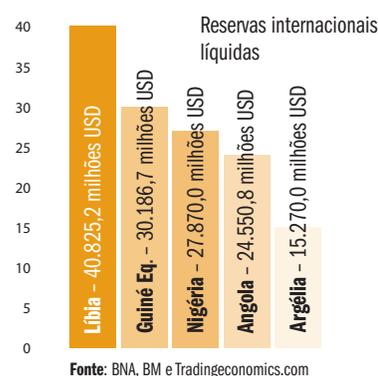
Perante o quadro de redução das reservas em moeda estrangeira, Válder Filipe apelou aos investidores para a criação de estratégias de modo a que as RIL cresçam a médio prazo, e assim, “ajudar o crescimento económico nacional”.

“O BNA quer disponibilizar as divisas às empresas que garantam credibilidade e sustentabilidade na economia nacional, de forma a dar sustentabilidade às famílias e criarem poupanças que tragam benefícios para Angola.

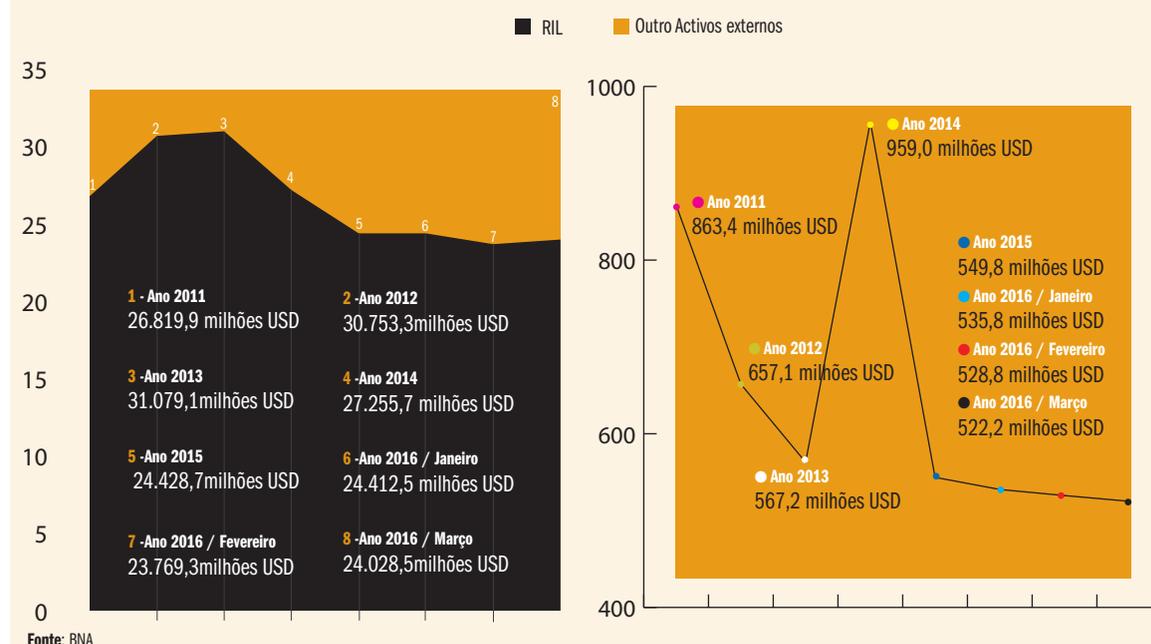
O banco central vai criar um ambiente financeiro bom que vai requerer sacrifícios na gestão das divisas e investir em serviços para o bem-estar das populações como medicamentos, alimentação entre outras”, prometeu.



TOP 5 dos exportadores africanos de petróleo (gráfico)



Evolução das estatísticas monetárias BNA entre 2011 e Março de 2016





O PCA DO BIC Fernando Teles afirmou, na semana passada, que o país não tem mercado para o elevado número de entidades bancárias. Falando por ocasião da apresentação do balanço do BIC, o gestor disse que Angola tem “dificuldades em cumprir as regras de compliance das instituições internacionais”.



A CARTEIRA DE DEPÓSITOS do Banco de Poupança e Crédito (BPC) registou, no balanço de 2015, um crescimento de 4,5%, ao atingir 911,4 mil milhões de kwanzas, apontam dados da entidade apresentados pelo presidente do seu conselho de administração, Paixão Júnior.

RELATÓRIO DE BALANÇO DAS CONTAS DE 2015

BAI com lucros de 15,3 mil milhões de Kwanzas

RESULTADOS DA BANCA. Evolução substancial da margem financeira associada ao aumento das taxas de juro e de operações cambiais ajudaram nos lucros do banco que, de Janeiro a Dezembro do ano passado, subiram 19,5%. Activos caíram 0,3% pressionados pela redução dos depósitos.

Por Nelson Rodrigues



Banco Angolano de Investimento (BAI) encerrou o exercício financeiro de 2015 com lucros de 15,3 mil milhões

de Kwanzas, um crescimento de 19,5% comparativamente ao ano passado, quando o balanço da

entidade contabilizava 12,8 mil milhões de kwanzas.

De acordo com o relato financeiro do banco, a evolução em 16,6% da margem financeira resultante fundamentalmente do aumento das taxas de juro, de 37,0 mil milhões para 43,1 mil milhões de kwanzas, e de mais de 70% com operações cambiais justificam os lucros recolhidos entre Janeiro e Dezembro de 2015.

Apesar do avanço nos lucros, houve rubricas que fecharam em terreno negativo. Do balanço patrimonial, por exemplo, os activos do BAI decresceram 0,3%, ao saí-

rem de 1.101 mil milhões Kwanzas em 2014 para 1.097 mil milhões de kwanzas até Dezembro do ano passado.

Também o total de depósitos fechou no ‘vermelho’. Até Dezembro do ano passado o banco apenas captou 938,4 milhões de Kwanzas em depósitos, uma contracção de 1,3% face aos 950,9 milhões de 2014.

Se entram poucos depósitos, os bancos têm menos disponibilidade para cedência crédito. E foi o que sucedeu. O crédito disponibilizado ficou contabilizado em 353,6 milhões de kwanzas,



uma redução nominal de 11.774,8 milhões Kwanzas face aos empréstimos cedidos em 2014.

São considerados “ganhos” para o banco, no quadro da sua política de gestão, a aprovação do plano estratégico para o período 2016-2021, a conclusão da implementação das alterações ao modelo de governação corporativa e o reforço do sistema de controlo interno, sobretudo as respeitantes às funções de auditoria interna, gestão integrada do risco e ‘compliance’.

“Na gestão do risco de crédito, realçamos o avanço na implementação do modelo de cálculo de perdas por imparidade definido na IAS 39, que vai dotar o Banco de um modelo de reconhecimento e mensuração dos activos alinhados com as melhores práticas internacionais”, assinalam, em mensagem conjunta, os presidentes da conselho de administração, José Carlos de Castro Paiva, e o da comissão executiva, José de Lima Massano.

BANCO ECONÓMICO LANÇA APLICAÇÃO FINANCEIRA COM 10% DE JURO

Depósitos a prazo vão ter “rendimentos imediatos”

Um novo produto bancário, denominado ‘Rendimento Imediato’, foi lançado na semana passada pelo do Banco Económico (BE). O serviço vai permitir que os clientes do banco apliquem recursos financeiros em depósitos a prazo a taxas de 10% e obtenham rendimentos a partir do montante de adesão, informa a entidade em comunicado.

De acordo com a instituição, a aplicação de recursos ao abrigo do ‘Rendimento Imediato’ garante a totalidade do capital do depósito num prazo de 12 meses, disponível a partir de 150 mil kwanzas, nas agências, ou centro de empresas do Banco Económico.

O novo produto não permite fazer movimentações antecipadas. Ou seja, quem aplicar recursos nesse produto não poderá fazer operações antes de terminado o prazo estabelecido entre a entidade bancária e o aforrador. O ‘Rendimento Imediato’ permite a constituição de vários depósitos, mas não permite o reforço de capital de entrada.

“A nova conta depósito ‘Rendimento Imediato’ é uma aplicação de poupança exclusiva para novos fundos, com uma taxa especial de 10% e remuneração imediata da poupança”, explica o banco, que destina a nova aplicação a novos clientes, entre particulares e empresas, que pretendam “aumentar o seu envolvimento com o Banco Económico”.

10%

Remuneração imediata na nova conta depósito

Este é o segundo produto lançado pelo banco desde que a instituição mudou de marca e nome, transformações que resultaram do colapso do ex Banco Espírito Santos Angola (BESA). O primeiro foi apresentado há sete meses, precisamente em Outubro de 2015, e denominava-se ‘Depósito Angola 40’, para assinalar os 40 Anos da Independência do país.

No caso do ‘Depósito Angola 40’, também em regime de poupança, o montante mínimo de subscrição é de 40 mil kwanzas e disponibiliza, no dia de constituição, os juros na conta à ordem. Não são permitidas, no entanto, e à semelhança do ‘Rendimento Imediato’, reforços nem mobilizações antecipadas.

Com o novo serviço, a administração do banco considera estar disponível “mais um produto financeiro de elevada competitividade, que consiste numa solução pensada para particulares e empresas que pretendam aplicar as suas poupanças num produto com uma taxa de rentabilidade muito atractiva”.

“Este produto foi concebido para promover hábitos de poupança e responder a novas necessidades de

aplicações, em novos segmentos de clientes, face às actuais dinâmicas da economia angolana”, explica a entidade

O crédito à economia é outra das apostas do Banco Económico. Também no início deste ano, a instituição anunciou ter disponível uma carteira de crédito de 100 milhões de dólares para financiar diferentes projectos inseridos no programa ‘Angola Investe’.

Pela voz do seu director-coordenador de Gabinete, Jorge Ramos, a instituição adianta que o montante de 100 milhões de dólares está disponível com base num protocolo existente entre Banco Económico e o Ministério das Finanças, do qual 13 projectos já beneficiaram.

Empresas & Negócios

GOVERNO TRANSFORMA PETROLÍFERA PÚBLICA

Sonangol perde controlo do petróleo

REESTRUTURAÇÃO. Comissão de reajustamento do sector petrolífero, nomeada o ano passado por José Eduardo dos Santos, apresentou propostas que levaram o Governo a decidir pela transformação completa da Sonangol.

Por Mateus da Graça Filho

A informação sobre a perda dos direitos de concessão da petrolífera pública foi avançada, em primeira mão, pelo semanário 'Nova Gazeta', em finais de Dezembro de 2015. Na altura, o jornal antecipava que a decisão do Governo decorria da necessidade de se separar os papéis de 'árbitro e jogador' que cumulativamente a petrolífera assumia, com a gestão dos direitos de concessão e a intervenção directa na exploração dos hidrocarbonetos.

Além da 'separação das águas', o processo de reestruturação da empresa, que contou com o envolvimento da empresária Isabel dos Santos, visava também um corte decisivo no modelo de negócios que levou a Sonangol a dispersar-se praticamente por todas as áreas de actividade económica.

Na última semana, o Conselho de Ministros anunciou as medidas mais importantes propostas pela comissão de reajustamento da organização do sector petrolífero, confirmando a transferência dos negócios da Sonangol fora do petróleo para a tutela de um conselho superior, além da passagem do poder de concessão para uma agência. "A Sonangol tem actualmente a responsabilidade de representar o Estado no sector ao mesmo tempo que opera. O que se pretende é separar essas duas funções", indi-



O diagnóstico ao petróleo, iniciado o ano passado, conduziu a mudanças significativas na petrolífera pública.

cou o ministro dos Petróleos, José Maria Botelho de Vasconcelos. A nova agência, além das atribuições de concessionária, terá a responsabilidade da coordenação, regulação e avaliação do desempenho do sector. A preparação e negociação da atribuição dos blocos petrolíferos e a resolução dos conflitos que ocorram entre os diversos operadores da indústria, quanto a matérias de tutelas sectoriais, também serão da competência da agência. No caso do conselho, que tal como a agência responderá directamente ao Presidente da República, enquanto titular poder executivo, as competências passam por res-

ponder como acionista do Estado nas sociedades gestoras de participações sociais, controladas pela empresa gerida por Francisco de Lemos José Maria.

Com o novo quadro do sector, o Ministério do Petróleos deve manter as principais atribuições que incluem a formulação de bases gerais da política petrolífera, a formulação do plano de desenvolvimento petrolífero, o asseguramento do controlo e fiscalização desse plano, no entanto o ministro admitiu possíveis ajustes no futuro. Quanto à Sonangol, a alteração dos estatutos introduziu na governação da empresa uma comissão executiva

que deverá responder ao conselho de administração.

ENDIAMA PODE SER A PRÓXIMA

Analistas ouvidos pelo VALOR antecipam a possibilidade de o processo de ajustamento do sector petrolífero, que no fundo "foi um processo de redefinição das competências da Sonangol", ocorrer também nos diamantes.

À semelhança da Sonangol, a Endiama opera como concessionária exclusiva dos direitos mineiros nos diamantes, além de actuar na prospecção, exploração, lapidação e comercialização de diamantes, colocando-se como regulador e concorrente directo dos operadores privados. "A ENDIAMA poderá passar pelo mesmo processo tarde ou cedo, porque o sector dos diamantes precisa do tipo de reformas que acontece nos petróleos. A ENDIAMA não pode continuar a ser o árbitro e jogador ao mesmo tempo", observa um analista. "Não é só uma questão de separar funções, a questão de fundo é que o modelo actual coloca a empresa numa situação de conforto, retirando-lhe competitividade e eficiência", analisa, solicitando anonimato.

O Código Mineiro, aprovado em 2010, estabelece, no seu artigo 10º, a criação de entidades reguladoras da actividade mineira, sempre que se justifique. E o artigo 23º, no seu ponto cinco, é mais específico e determina que as "concessionárias nacionais não podem exercer directamente direitos mineiros de exploração, tratamento, comercialização de minerais, podendo, no entanto, exercer esses direitos mediante a constituição de empresas por si totalmente detidas".

NA MINING

Ferrangol reforça posição

A concessionária pública do sector mineiro, Ferrangol, vai investir cerca de 753 milhões de kwanzas para reforçar a presença accionista na empresa privada Angola Exploration Mining Resources (AEMR), indica um decreto presidencial de 20 de Abril.

A AEMR é uma empresa privada mineira participada já a 30% pelo Estado angolano, através da Ferrangol, e desenvolve actividade na indústria siderúrgica, do ferro e do manganês.

No decreto, assinado pelo Presidente da República, é autorizado o Ministério da Geologia e Minas a utilizar um "crédito adicional" do Orçamento Geral do Estado de 2016 para suportar as "despesas relacionadas com a aquisição de acções na empresa AEMR pela Ferrangol", no valor de 753 milhões de kwanzas.

O despacho não adianta informação sobre a nova posição accionista da concessionária estatal mineira naquela empresa.

Além da Ferrangol, a AEMR é detida a 30% pelo Grupo DT, angolano, que, por sua vez, é uma 'joint-venture' entre a Cochan e a Trafigura. A empresa pública Ferrangol foi criada em 1981, depois da paralisação do sector mineiro angolano verificada com a independência nacional, em 1975.





A MULTICHOICE ANGOLA inaugurou, na passada quinta-feira, uma nova loja em Benguela. Inaugurada pelo vice-governador para o sector económico, Gika Morais, a unidade irá prestar serviços de venda de equipamentos, pagamento de subscrições, apoio pós-venda e formação de parceiros locais.



DEPOIS DE DOIS ANOS em obras de reabilitação, como consequência de um incêndio, em Julho de 2014, o supermercado Shoprite, localizado no Palanca, em Luanda, foi reinaugurado. O grupo pretende até 2017 investir 500 milhões de dólares para a criação de 14 lojas.



EMPRESA AGUARDA LICENÇA

SOMEPA arranca com exploração de ouro em 2018

SECTOR EXTRACTIVO. Com a prospecção terminada, empresa público-privada diz-se preparada para avançar dentro de dois anos, num projecto que prevê empregar 200 pessoas.

Por Valdimiro Dias

A Sociedade de Metais Preciosos de Angola (SOMEPA) prevê arrancar a exploração de ouro nas minas de Mpopo, no município do Tchipindo, na Huila até 2018, depois de ter concluído a prospecção que determinou um grande potencial deste recurso, naquela localidade, revelou fonte da empresa.

A empresa que resulta de uma parceria público-privada aguarda apenas pela obtenção da licença de exploração, situação que se pode confirmar durante este ano. Enquanto espera, a empresa avança na aquisição de material para a construção das minas, com destaque para a lavaria. A contratação de pessoal, maioritaria-

mente nacional, também já está em curso. A essas tarefas soma-se a criação de condições infraestruturais na área de Mpopo, como a melhoria das vias de comunicação, a construção da central eléctrica, os acampamentos e outras infraestruturas.

A exploração de ouro nas minas de Mpopo deve ser desenvolvida em várias etapas e na fase mais desenvolvida do projecto estarão criados cerca de 200 empregos directos.

“Os resultados da prospecção mostram-se bastante animadores, já os apresentámos à concessionária nacional. Fizemos também o estudo de impacto ambiental, que foi apresentado à comunidade, onde estará baseada a mina de ouro”, explica a fonte da empresa.

Depois dos cinco anos de prospecção, que determinaram a existência de reservas elevadas de ouro na região da Cassinga, facto conhecido desde a época colonial, a SOMEPA antecipa que o maior desafio da mina

200

É o número de postos de trabalho previstos, quando o projecto estiver em fase avançado.

passará pela produção de ouro a um preço razoável, “já que a matéria-prima tem mercado assegurado, além de constituir-se num dos mais importantes meios de acumulação de riqueza”.

Contactado pelo VALOR, o director técnico da Ferrangol, José Manuel, afirmou que a empresa concessionária está aberta à formação de parcerias para a exploração de alguns recursos mineiros tal como o ouro, o cobre e o ferro.

Garimpo em Cabinda

Em Cabinda existe, em pequena escala, a exploração anárquica do ouro, feita por cidadãos nacionais e estrangeiros em áreas isoladas da floresta de Mayombe, embora não tenha a proporção da exploração ilegal de diamantes na Lundas, revelou o director técnico da Ferrangol. “As viagens feitas ao local permitiram verificar que boa parte deste recurso sai pela fronteira com o Congo Democrático, o que representa perda de receitas para Angola”, detalha José Manuel.

Segundo alerta, a exploração do ouro, sem as devidas cautelas, pode gerar impactos no ambiente, como deixar a água turva devido à lavagem do cascalho, provocar a erosão ou ainda o desmatamento devido ao abate de árvores.

A Ferrangol é uma empresa pública, tutelada pelo Ministério de Geologia e Minas e detentora dos direitos das concessões de metais, ferro, ouro, manganês e outros não radioativos.

Segundo José Manuel, não há exploração industrial de ouro no país, mas existem prospecções em Cabinda e na Huila em fase bem adiantadas, que aguardam pelas licenças de exploração e por mais investimentos para o arranque.

“O ouro é uma importante commodity mineral que pode equiparar-se aos outros recursos mais sonantes como o petróleo em termos de obtenção de receitas”, compara o respon-

sável da concessionária pública, lembrando que as reservas norte-americanas são constituídas em ouro, “geralmente imune a grandes oscilações de preço, como acontece com o petróleo”.

O antigo mapa herdado dos levantamentos geológicos do tempo colonial indica que o ouro pode ser encontrado em Cabinda, Huambo, Huila, Uíge, Bengo, nas Lundas e no Cuanza-Norte.

Empresas & Negócios

À ESPERA DAS INAUGURAÇÕES

Indústria têxtil arranca em Julho

SECTOR INDUSTRIAL. As três unidades têxteis devidamente modernizadas começam as vendas a partir de Julho. Trata-se da Nova Textang II, em Luanda, da antiga Satec, no Dondo, e da Alassola, em Benguela.

Por José Zangui

Porque a indústria têxtil, depois de 15 anos paralisada, resulta de um impulso do Japão, através de uma linha de financiamento do Banco de Cooperação Internacional nipónico, intermediada pelo Governo angolano. A fase de ensaio das máquinas e da formação dos trabalhadores está concluída. Neste momento, ultimam-se os acertos de agenda para

as inaugurações. A garantia é conjunta dos gestores Matos Cardoso, presidente do conselho de administração (PCA) da Satec, Hélder David, PCA da Textang II, e Tambwe Mukaz, PCA da Alassola (antiga África Têxtil), durante uma visita da ministra da Indústria, Bernarda Martins, às três unidades. Na cadeia de valor, cada uma das três unidades vai concentrar-se num segmento de modo a evitar concorrência entre si. A Textang II vai produzir tecidos para abastecer essencialmente a casa militar, hospitais e escolas. A Satec tratará de tecido para a confecção de camisolas e calças de ganga e a

OS NÚMEROS DA INDÚSTRIA

SATEC

410 milhões de dólares - valor do investimento
1500 postos de trabalho.

NOVA TEXTANG II

235 Milhões de dólares
120 posto de trabalho, prevendo-se criar até 800
9 milhões de metros de tecido/ ano

ALASSOLA

480 milhões de dólares - investimento na África Têxtil -
900 - Postos de trabalho previsto
120 milhões de toalha/ ano
1 milhão de lençóis/ ano



Samuel Samuessa © VE

Alassola vai produzir tecidos para lençóis, toalhas e cobertores, com os olhos na redução das importações e da saída de divisas. A matéria-prima será o grande constrangimento. 100% do algodão ainda é importado. Só a SATEC precisa anualmente 27 mil toneladas deste produto. Mas, para já, foi importado da Índia e da Grécia o suficiente para garantir o funcionamento do primeiro ano de actividade. A expectativa é que, a curto

prazo, o país comece a produzir algodão para alimentar a indústria. Do financiamento do Banco de Cooperação Internacional do Japão, 410 milhões de dólares foram investidos na Satec, 235 milhões de dólares na Textang II e 480 milhões de dólares na Alassola. Para impulsionar o sector foi também criada a Associação das Industrias Têxteis e Confecções de Angola, cujo acto de proclamação aconteceu na semana passada.

EMPRESA DOS EUA PROPÕE ALTERNATIVA LIMPA PARA ANGOLA

Capstone quer investir em energia

A Capstone Turbine, empresa norte-americana líder mundial no desenvolvimento, fabricação, venda e manutenção de sistemas de energia de microturbinas, pretende introduzir, no mercado angolano, novas tecnologias de produção de energia, que fazem recurso a uma “ampla gama de combustíveis económicos”, assinala uma nota da Embaixada dos Estados Unidos, em Angola.

Trata-se das microturbinas Capstone, usadas em motores de avião e projectadas para fornecer energia em tempo integral, com o uso de uma variedade de combustíveis, incluindo o biogás, gás queimado, e gás natural.

A empresa, em parceria com a Embaixada dos EUA,



realizou, em Luanda, um seminário técnico, com a presença de representantes do Governo e do sector privado, que serviu para o lançamento da tecnologia, no país, considerada de “baixo custo e altamente eficiente”.

Augusto Farro, director da Capstone para África e Médio Oriente, durante apresentação, destacou que as microturbinas foram desenhadas para que os resíduos agrícolas sejam usados como fonte de combustível para produzir electricidade, “facto que permite reduções nos custos, em comparação com o combustível alternativo diesel, além de uma utilização de longa duração com períodos de manutenção”.

É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

REGISTE-SE EM

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**E FAÇA PARTE DA BOLSA
DE QUADROS DO PAÍS**

O Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) é o maior investimento global jamais feito no nosso país no domínio das geociências, visando a actualização do conhecimento geológico nacional.

QUEM SE DEVE CADASTRAR?

Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.

PREENCHA O FORMULÁRIO DISPONÍVEL NO SITE

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**1129 QUADROS
NACIONAIS JÁ SE
CADASTRARAM**

**A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO
E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA**



Contacto: quadros@mgm.gov.ao | +244 916 532 964

Política de privacidade O Ministério da Geologia e Minas garante que os dados que se registam durante o cadastramento serão utilizados apenas para questões estatísticas do conhecimento dos quadros.

Entrevista

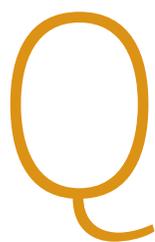
LUÍS JÚNIOR, DIRECTOR GERAL ADJUNTO DA BIOCUM EM ENTREVISTA EXCLUSIVA AO VALOR

“A nossa prioridade máxima é a satisfação do mercado interno”

Mais de 550 milhões de dólares serão investidos pela Biocom para a duplicação do projecto de produção de açúcar, etanol e energia de biomassa em Malange até 2020, período em que deve atingir a produção plena, revelou o director geral adjunto da Biocom, Luís Bagorro Júnior, que anunciou a intenção de produzir também milho e feijão.



Por Valdimiro Dias



Qual é o grau de implementação do projecto Biocom?

O projecto encontra-se na segunda fase de colheita da cana-

-de-açúcar que arranca em Julho. Nesta fase chuvosa, dedicamo-nos à plantação da cana, temos uma área de 14 mil hectares plantada. Para esta primeira fase temos 36 mil hectares para plantar.

A Biocom mantém o objectivo de obter uma receita de 200 milhões dólares na campanha 2015 a 2016 com a comercialização de etanol, cana-de-açúcar, energia?

Estamos preparados, apesar da crise que o país enfrenta. Pensamos que sim, se tivermos o apoio institucional do Governo no sentido de garantir divisas para a importação dos insumos. Os fertilizantes, adubos não são produzidos em Angola. Precisamos do apoio institucional neste sentido e mesmo até para comprar açúcar importado para vender, porque também comercializamos o que produzimos.

Estamos a negociar com o Governo e, resolvido este assunto, que não são valores muito avultados porque somos um projecto que produz grande parte da sua própria matéria-prima, a crise não vai nos afectar em grande medida.

A nossa matéria-prima é feita no mercado nacional.

Creio na meta dos 200 milhões dólares de facturação da Biocom,

que temos como objectivo a atingir este ano. Isto significa 47 mil toneladas de açúcar, 155 mil megawatts de energia e produziremos também 16 mil metros cúbicos de álcool. Comercializando estes produtos e fazendo a comercialização do açúcar importado mantemos a meta de facturação.

De que forma a crise financeira tem afectado o projecto Biocom?

A crise afeta a todos. No nosso caso são as dificuldades que acabei de enumerar, a crise faz com que o Estado não tenha muita capacidade de fornecer divisas aos projectos. Só neste aspecto, o cambial, é que nos afecta, porque dependemos de alguns produtos vindos do exterior. No entanto, a Biocom produz matéria-prima e não precisamos uma grande quantidade de divisas, que

quer dizer que estamos preparados para vencer esta crise. A crise vai passar e a Biocom vai continuar.

O que lhe dá esta certeza?

Estamos preparados porque sabemos que vamos ter este apoio institucional para adquirir as divisas que precisamos. De resto, a nossa produção vai continuar.

Como anda a comercialização dos vossos produtos, sobretudo o etanol e o açúcar? O VALOR soube do interesse por parte da Cuca entre outras empresas...

O nosso açúcar é vendido a todos que o utilizam. A Cuca é um exemplo, muitos compram o açúcar da Biocom. O açúcar da Biocom até se esgota. Temos muitas encomendas de clientes a que não conseguimos dar resposta em quantidades sufi-

cientes. Além disso, não concentramos a venda só nas cervejeiras porque não consomem muito açúcar.

É possível encontrar o açúcar Capanda nas redes de supermercados?

Já existe. No supermercado Kero vai encontrá-lo exposto nas prateleiras. Atendemos redes de supermercados, e já é distribuído em todo o país.

E como justifica a importação de açúcar pela Biocom?

Estamos a complementar com a importação, porque a estatística nos diz que Angola consome anualmente 400 mil toneladas de açúcar. A Biocom está numa fase de produção, iniciou com uma produção experimental de mais de 3 mil toneladas. Na segunda colheita avançamos

“ Não nos vamos descartar do nosso programa social que é muito forte, queremos manter os níveis. ”

para 24,4 mil toneladas de açúcar. Estamos a entrar para a terceira fase ,que é a colheita da safra de 2016 em que vamos produzir 47 mil toneladas até atingirmos a maturidade do projecto, prevista para 2020, em que vamos produzir 256 mil toneladas de açúcar.

Mesmo assim ainda não será suficiente para abastecer o mercado tendo em conta a estatística que diz que o consumo actual já é de 400 mil toneladas. Haverá um excedente que deve ser importado.

A projecção da Biocom não para aí. A partir de 2020, o projecto começa a ser ampliado, vamos produzir em dobro o que estamos a produzir, serão 512 mil toneladas de açúcar. Se o consumo se mantiver e não subir muito, teremos a capacidade de abastecer o mercado.

Face às perspectivas até 2020 a Biocom já pensa em exportar?

Sim, porque, até lá, os preços serão competitivos com o mercado internacional, as margens não são muito superiores, temos os países vizinhos em África que precisam de açúcar. A Biocom, no entanto, só vai exportar açúcar se as necessidades nacionais estiverem cobertas. Primeiro o mercado interno, depois a exportação. Sabemos que a RDC tem 70 milhões de habitantes e que mesmo agora parte do nosso açúcar já vai parar na fronteira. Vendemos aos comerciantes e tivemos a informação de que parte do nosso açúcar seguiu esse caminho.

O facto de o açúcar chegar até à fronteira constitui um bom indicador?

Não nos agrada, porque temos necessidades internas. Nós priorizamos sempre o mercado nacional.

Quais são os desafios da Biocom em 2016?

No ano de 2016, um dos grandes desafios passa por enfrentar a crise, que nos fez tomar algumas medidas de redução de custos de mão-de-obra expatriada e porque não há muita capacidade para aquisição de divisas. Outros desafios são a redução das importações e o da formação. São, aliás, desafios constantes para se ter domínio da tecnologia e podermos reduzir a mão-de-obra expatriada.

Não nos vamos descartar do nosso programa social que é muito forte, queremos manter os níveis.

Existe o programa social Kucula ku moxi (Crescermos juntos na língua nacional quimbundo), em que apoiamos a agricultura familiar e consumimos os produtos dos agricultores. Temos o programa de Jiu jistu que já dá frutos, até porque Cacusso já se tornou campeão nacional e já ganhou medalhas internacionais no torneio que participou no Dubai. Pretendemos manter as senhoras que produzem sabão e que beneficiam de um pequena unidade que vendem para manter a renda. Mesmo com crise temos de ajudar a manter o nível de vida da população, que acredito ser menos afectada porque a Biocom está lá para apoiar em assuntos sociais.

A Biocom também produz etanol. A nível interno existe mercado para este produto?

O etanol que produzimos felizmente vendermos para o mercado interno. O país não produzia etanol, somos os primeiros a fazê-lo de forma que não estamos a produzir o etanol anídrico utilizado como mistura de combustível, estamos a produzir o etanol hidratado que é vendido a empresas ao nível local que o transformam em mel, utilizam para o fabrico de bebidas, matérias de limpeza. A produção nem satisfaz as necessidades do país, que precisa, pelas estatísticas que temos, de 80 mil metros cúbicos de álcool, que importamos, e a Biocom só está fornecer 16 mil metros.

Pretendem colmatar esse défice com o aumento a produção de etanol?

A capacidade da Biocom é de 20 mil metros cúbicos. É a capacidade que temos montada para produzir. Agora com a duplicação do projecto a partir de 2020, iremos produzir 56 mil metros cúbicos que ainda não serão capazes de abastecer o mercado se o consumo se mantiver. Haverá um défice, mas esta é a nossa capacidade. Sempre pensamos que primeiro temos de atender o mercado interno e depois pensar na exportação, se houver excedentes.

Qual é o número de empregos gerados pelo projecto Biocom?

O projecto emprega hoje 1732 trabalhadores nacionais e 150 expatriados que representam 8% do total de trabalhadores, e a tendência é

“ Agricultura é natureza, se houver uma seca que assole toda a plantação, a meta pode ficar comprometida, são riscos naturais. ”



Estamos preparados, apesar da crise que o país enfrenta. Pensamos que sim, se tivermos o apoio institucional do Governo no sentido de garantir divisas para a importação dos insumos.

ir reduzindo a presença de expatriados até chegamos à meta de 3 %. Estamos direccionados para a formação dos nacionais para que tenham o domínio tecnológico e para fazer com que paulatinamente precisemos menos dos expatriados. Isto é um dos grandes desafios que temos, fazemos formações contínuas para os angolanos. Por isso dizemos que ao longo do tempo, o nosso açúcar poderá competir com o nosso custo operacional e será competitivo em termos de custo de mercado, porque teremos angolanos a dominar as tecnologias de ponta. Somos o único projecto em Angola, empresa pioneira a produzir açúcar, álcool, energia eléctrica proveniente da biomassa.

Qual é o destino da energia produzida a partir a biomassa?

Neste momento o cliente da energia é a Rede Nacional de Transporte de Energia. É com ela que fizemos o contrato. Temos uma capacidade montada na Biocom para produção de 233 mil megawatts de energia. Quando atingirmos o pico, com a quantidade de cana-de-açúcar de dois milhões e duzentas mil toneladas de cana, quando moermos estas quantidades, estaremos a produzir 235 mil megawatts de energia. Com a duplicação do projecto iremos produzir o dobro. Esta é a nossa perspectiva de futuro e os sócios já apostaram na duplicação do projecto que vai acontecer a partir de 2020.



Qual é valor investido no projecto Biocom?

Mais de 750 milhões de dólares.

Este valor já prevê a fase de duplicação do projecto que menciona?

Não, apenas cabimenta a implementação da primeira fase. Para a segunda fase da duplicação, serão investidos mais cerca de 550 milhões de dólares.

É possível falar já no retorno do investimento?

O retorno vai acontecer quando atingirmos a maturidade, ou seja, quando atingirmos a produção plena. O prazo, segundo os nossos estudos de plano de negócios, é que daqui a 8 anos teremos o retorno do investimento.

Só se não acontecer algo com a natureza que não é controlada pelo homem. Agricultura é natureza, se houver uma seca que assole toda a plantação, a meta pode ficar comprometida, são riscos naturais. Por exemplo, este ano, choveu muito mais do que o previsto. Quando projectamos temos de ter informação do que existe, sobre chuvas ou quedas pluviométricas e, em função disto, faz-se uma programação pelo histórico, mas pode não ser suficiente.

Que estragos causam o aumento das quedas pluviométricas?

É mau para o projecto porque esta é uma fase de plantação que é mecanizada. A grande quantidade de chuva não permite que nenhuma máquina vá plantar. Está tudo cheio de água. Então retarda a plantação e obriga-nos a ter de recuperar na fase seca, para mantermos os níveis de produção e que haver uma compensação.

O é Biocom para si?

É uma empresa do futuro e é exemplo da diversificação da economia do país. É uma empresa que produz a sua própria matéria-prima e a transforma em produtos.

No horizonte futuro da Biocom existe a previsão de produção de outros produtos?

Há perspectivas de começarmos a produzir feijão, milho e diversificar um pouco a actividade. Esta no pacote de projectos da empresa e existe um estudo feito para fazer estas culturas alternadas também com o objectivo de melhorar a qualidade do solo.

(In)formalizando

INCUBAÇÃO DE UMA EMPRESA CUSTA CERCA DE DEZ MIL DÓLARES/MÊS

70% de empreendedores ‘morrem’ fora da Incubadora

EMPREENDEDORISMO. Apesar de vários apoios do Estado, apenas 30% dos pequenos empreendedores conseguem sobreviver dos riscos associados ao negócio. A incubação de uma empresa custa, em média, cerca de dez mil dólares por mês.

Por António Miguel

Cerca de 70% das pequenas empresas vão à falência, logo depois de saírem da Incubadora de Empresas (IEMP). Dentro da incubadora, a taxa de mortalidade é de 35%. De acordo com o director da IEMP, Jacinto Domingos, a falta de cultura empreendedora e a escassez de contratação pública estão na origem do elevado índice de desaparecimento das pequenas empresas.

“O Estado também distribui rendimento, por via da contratação pública. As grandes empresas públicas e privadas também deveriam terceirizar determinados serviços. Uma grande empresa vai construir uma estrada, por exemplo, Luanda/Soyo. Assume a infraestrutura principal, mas a pintura dos lancis pode passar para uma pequena empresa”, alertou Jacinto Domingos, acrescentando que “hoje a lógica da terceirização de pequenos serviços diminui os custos e dá oportunidades para outras empresas crescerem”.

Com sede em Luanda, a Incubadora de Empresas é um mecanismo criado em Maio de 2007, pelo Ministério da Administração Pública, Trabalho Emprego e Segurança Social (MAPTESS), com o objectivo de promover o empreendedorismo e facilitar a inserção no mercado formal de indivíduos que



Jacinto Domingos,
director da Incubadora
de Empresas

desenvolvem negócios no informal. Na Incubadora, os empreendedores recebem formação de contabilidade, fiscalidade, marketing, gestão de recursos e capacitação empresarial.

Jacinto Domingos entende que os pequenos empreendedores, “como não têm princípios e noções básicas de gestão contabilísticas, confundem a entrada de dinheiro com lucros, porque não conseguem calcular a verdadeira estrutura do custo. Por isso, apostamos muitos na formação”, analisou.

MEMORIZE

- Na pré-incubação, os candidatos participam com o equivalente a 50 dólares por mês para manter os serviços de limpeza do espaço, enquanto, na fase da incubação, a participação sobe para o equivalente a 100 dólares.

Com o lançamento do satélite (AngoSat), em 2017, Jacinto Domingos calcula que haverá melhores condições para o aprendizado e o comércio não presencial, gerando oportunidades de negócios. “Por isso, temos de nos capacitar para que possamos estar à altura desses desafios. Se nós, angolanos, não nos potencializarmos nessa área, certamente empreendedores de outras latitudes vão aproveitar estas oportunidades”, antecipa.

Além da formação, os benefi-

ciários servem-se ainda do espaço físico da IEMP para montar os seus escritórios. Todos os custos operacionais e investimentos do escritório são suportados pela Incubadora. O processo ocorre em duas fases, a pré-incubação e a incubação. Na primeira fase, o candidato não tem de necessariamente possuir um negócio. Basta que tenha ‘ideias empreendedoras’, o que lhe dá acesso a uma formação para um período de seis meses. Depois do curso, é-lhe facilitada a criação da sua empresa.

Estando criada a empresa, o empreendedor desenvolve o seu negócio no espaço da Incubadora, durante três anos. Se se mostrar madura, antes do tempo pré-definido, pode deixar os serviços da Incubadora, permitindo que um outro empreendedor preencha a vaga. Durante esta etapa, os empreendedores beneficiam de todo o tipo de consultoria necessária ao desenvolvimento do negócio.

Na pré-incubação, os candidatos participam com o equivalente a 50 dólares por mês para manter os serviços de limpeza do espaço, enquanto, na fase da incubação, a participação sobe para o equivalente a 100 dólares.

“Incutimos sempre ao empreendedor que, em economia, não há nada de graça e que eles têm sempre de participar nos serviços”, justifica o director da Incubadora.

O custo de incubação de uma empresa ronda os 10 mil dólares por mês, dos quais dois mil dólares são suportados directamente pelo IEMP e o restante por patrocinadores, como a Chevron e o Programa das Nações Unidas para o



OS PROJECTOS de empreendedorismo fracassam, na Lunda-Sul, porque os detentores de capital não têm ideias inovadoras e quase todos apostam no mesmo negócio, segundo o economista Célio Miúdo.



O ADMINISTRADOR de Caála, Huambo, Victor Tchissingui, manifestou a necessidade de fomento de iniciativas empreendedoras no domínio agropecuário.

23

empresas encontram-se em fase de incubação no IEMP, que apoiou mais de três mil empreendedores desde 2007.

200

é a **média** de postos de trabalho criados anualmente, através do IEMP.

100

dólares, valor da comparticipação dos empreendedores para manter a incubadora limpa.

Desenvolvimento (PNUD).

Actualmente, encontram-se incubadas, na IEMP, 23 micros e pequenas empresas, tendo já passado por aquele 'laboratório' mais de três mil empreendedores. O IEMP intercede também junto dos bancos comerciais para facilitar a concessão de créditos para as suas incubadas. O financiamento vai até aos 20 mil dólares.

Neste momento, a Incubadora ajudou a gerar 147 postos de trabalho. Alguns postos, pela sua natureza são sazonais. "Por exemplo, na construção civil, se não houver obras os trabalhadores ficam em casa", explicou o director. Em média, a IEMP facilita a criação de cerca de 200 empregos por ano.

A IEMP está expandida, pelo país, através dos Centros Local de Empreendedorismo (CLE), visando, sobretudo, incentivar o empreendedorismo no seio dos estudantes do ensino médio.

"Muitas vezes, o estudante do ensino médio e universitário tem, em mente, que, depois da formação, deverá trabalhar para o Estado, mas isto não deve ser assim", alerta o interlocutor. A IEMP não tem fins lucrativos.

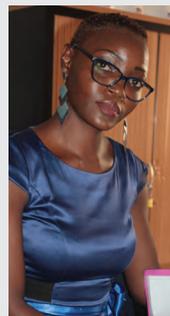
Empreendedores na primeira pessoa

Empreendedores que se encontram em fase de incubação na IEMP contaram a sua experiência. Todos viram o negócio crescer logo após a consultoria.

MARGARETH SOUSA, 34 ANOS

"Aqui é uma escola, aqui é uma experiência"

"Tenho a empresa MS Relações Públicas e Prestação de Serviços. Trata documentos de pessoas singulares ou colectivas. Comecei como relações públicas há seis anos. No princípio, não tinha um escritório, trabalhava no meu carro, fazendo o trabalho ilegalmente sem apoio de nenhuma instituição. Então recorri à Incubadora de Empresas, na esperança de dar estabilidade ao que faço. Cheguei aqui em 2014 e as coisas melhoram muito. Antes trabalhava sozinha, hoje sou cinco pessoas e tenho mais de 20 contratos de prestação de serviço. Aqui é uma escola, aqui é uma experiência e estou a gostar".



EDSON AMARAL, 31 ANOS

"Já assinei três bons contratos"

"Este bicho do empreendedorismo nasceu há três anos, quando visitámos a Filda. Começámos a trabalhar de forma ilegal, mas, felizmente, em finais de Setembro, começámos a legalizar os nossos negócios de serigrafia. A empresa chama-se GAMARAL, é uma espécie de gráfica completa. Estamos na Incubadora desde Janeiro. Apenas há três meses, mas já com uma experiência boa. Aqui também temos mais facilidade de assinar contratos com clientes. No bairro Palanca, era mesmo complicado. A localização de um escritório é importante para qualquer negócio. Deste que estamos aqui, já assinámos três bons contratos. Eramos apenas duas pessoas, agora somos quatro".



GERTRUDES VERÓNICA, 38 ANOS

"Este é o nosso último ano de incubação"

"Criamos a empresa APV Tradução, Interpretação e Ensino de Língua, depois de percebermos que muitos angolanos precisavam de tradução dos seus documentos para poderem estudar no exterior. Depois vimos a necessidade de alargar o negócio e entramos na área de interpretação e ensino. Começámos em 1996, éramos três pessoas. Um entrou com a ideia e outros com o capital. Na incubadora, estamos desde 2013. Temos escritório, mas está fora da cidade. A má localização do escritório não facilita o desenvolvimento do nosso negócio, por isso recorremos à Incubadora de Empresas para nos facilitar em termos de espaço. Este é o último ano de incubação, mas já estamos a criar condições, alugar um outro escritório, na zona dos Coqueiros. Mas aqui temos tido uma grande experiência e a localização ajudou a dar credibilidade à empresa".



COOPERATIVA BAIXA CAPTURA DE PEIXE NO ZAIRE

Pescadores artesanais precisam de 10 barcos

Pescadores da Musserra, no Zaire, necessitam de 10 embarcações a motores, redes boias e anzóis para aumentar a captura do pescado na localidade. Segundo o chefe da capitania marítima local, Francisco Mengui, a falta de barcos está a dificultar o trabalho dos armadores artesanais.

Musserra tem duas cooperativas pesqueiras que congregam 50 pescadores e dispõem apenas de duas embarcações artesanais, número considerado insignificante para atingir os níveis desejados do pescado. Segundo Francisco Mengui, aquela zona costeira é abundante em marisco, uma espécie muito solicitada no mercado nacional e os pescadores locais estão em condições de aumentar os índices de captura

destes crustáceos, desde que lhes sejam disponibilizadas as ferramentas necessárias.

A costa marítima da comuna é também rica em espécies como corvina, garoupa, tubarão e sardinha. Musserra ocupa uma extensão territorial de 1.902 quilómetros quadrados, com uma população estimada em 3.869 habitantes, distribuídos em 15 aldeias.

No entanto, segundo a ministra das Pescas, Victória de Barros Neto, o mistério tem vários programas e iniciativas de apoio à pesca. Mas quer ver também o aumento da produção da aquicultura. A ministra deseja que a produção seja, não só, para o consumo interno, mas também para a exportação.

HUÍLA

Camponeses vendem produtos ao Papagro

Cerca de 250 mil famílias camponesas da Huíla, envolvidas na campanha agrícola 2015/2016, prevêem, a partir de Junho, comercializar 341.290 toneladas de produtos agrícolas diversos, de um total 428 mil que devem, até ao final deste mês, ser colhidas na primeira fase da campanha.

Segundo um relatório da direcção provincial da Agricultura, os camponeses têm previsto vender ao Programa de Aquisição de Produtos Agropecuário (PAPAGRO) 264,86 toneladas de milho, 26.506 de massambala, 25.805 de massango, 5.577 de batata-doce, 4.437 de feijão, 7.410 de batata

rena, 3.741 de hortícolas e 2.515 de mandioca.

Estas famílias, inseridas no programa Extensão Rural, trabalharam 538.708 hectares de terra arável desde outubro de 2015. Segundo o documento, os preços praticados pelos camponeses variam entre 50 e 100 kwanzas o quilograma de cereais e as hortícolas estão entre 150 e 300 kwanzas por unidade. Para o êxito da campanha, a direcção da Agricultura e os seus parceiros distribuíram 64,4 toneladas de sementes de milho e 70 de batata-doce, assim como 75 de fertilizantes, 150 de ureia e mil e 320 unidades de charruas.

De Jure

ANGOLANOS TAMBÉM FORAM VISADOS

PGR não vê motivo de alaridos no caso 'Panamá Papers'

INVESTIGAÇÃO. O Procurador-geral da República diz não haver razões plausíveis para que o Ministério Público mande instaurar uma investigação sobre o caso.

O Procurador-geral da República, João Maria de Sousa, desdramatizou, recentemente, em Luanda, os inúmeros comentários que têm sido levantados em

torno do caso "Panamá Papers", advogando que as 'offshores' não são proibidas e que por isso não vê razões para se criar um alarido à volta do assunto.

O magistrado, que discursava na abertura da Conferência Internacional, no âmbito da Semana da Legalidade, ocorrida semana passada, disse não existirem "razões plausíveis, para que o Ministério Público mande instaurar uma investigação sobre o caso em questão, reforçando que "até ao momento não foram divulgados valores sobre as aplicações dos offshores".

A 'descoberta' do caso 'Panamá Papers' resultou de uma investigação jornalística, divulgada no início deste mês, que teve como ponto de partida uma fuga de informação que junta cerca de 11,5 milhões de documentos ligados a quase quatro décadas de actividade da empresa panamiana Mossack Fonseca, especializada na gestão de capitais e de património.

Os documentos em causa revelam a existência de mais de 214 mil empresas 'offshore',



João Maria de Sousa,
Procurador-geral da República

em mais de 200 países e territórios. E a investigação jornalística, coordenada pelo Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação (ICIJ, na sigla inglesa), com sede em Washington, destaca nomes de 140 políticos de todo o mundo, entre eles 12 antigos e actuais líderes mundiais.

A partir dos Papéis do Panamá ("Panama Papers", em inglês) como já são conhecidos, a investigação refere que milhares de empresas foram criadas em offshores e paraísos fiscais para centenas de pessoas administrarem o seu património, entre eles o rei da Arábia Saudita, elementos próximos do presidente russo Vladimir Putin, o presidente da UEFA, Michel Platini, e a irmã do rei Juan Carlos e tia do rei Felipe VI de Espanha, Pilar de Borbón.

Recentemente, entidades públicas angolanas, nomeadamente o ministro dos Petróleos, Botelho de Vasconcelos e o Fundo Soberano de Angola foram visados no caso 'Panamá Papers'. No entanto, quer uma, quer outra entidade recusaram publicamente quaisquer actos de ilegalidade.

António Nogueira

DIREITOS DO CONSUMIDOR

"Imogestin viola direito à informação"

O Ministério Público "tem o dever de promover um acordo de boa conduta" entre a empresa que gere a construção e venda de centralidades e urbanizações do Estado, a Imogestin, e os moradores enquanto fiscal da legalidade de Angola, defendeu o advogado Esteves Hilário.

Esteves Hilário acusou a Imogestin de "mudar de opinião em relação ao que quer do processo" e acredita que a intervenção do Ministério Público deva promover "uma paz social. Uma vez que há muitas famílias em sobressalto e insegurança por não saberem o que lhes vai acontecer".

O advogado acredita que a "profunda falta de conhecimento", que existe da lei da Defesa do Consumidor, aprovada em 2003, faz com que, "se viole sucessivamente os direitos do consumidor". "Os fornecedores de bens e serviços acreditam, assim como na primeira República de Angola, que estão a

fazer um favor ao consumidor. E violam constantemente o direito à informação".

Esteves Hilário fez essas declarações numa conferência Internacional promovida pela Procuradoria-Geral da República, na 'Semana da Legalidade 2016', no Palácio da Justiça.

A juíza conselheira do Tribunal Supremo, Joaquina do Nascimento enunciou também as características da Lei de Defesa do Consumidor, especificando direitos e deveres do Estado, do fornecedor, dos produtores e direitos do consumidor que a lei preconiza e que são "pouco conhecidas". "É direito do consumidor a proteção geral do Estado que passa pelo apoio das associações de defesa do consumidor e o cumprimento das normas através da legislação".

Esteves Hilário perspetivou o futuro dos direitos de consumidor com base em sociedades como a Suíça, Brasil e México, que adoptaram a legislação das relações de consumo para um micro sistema jurídico específico para julgar as



Mário Miljeres © AE

demandas de direito com celeridade, propondo para Angola um sistema semelhante para ultrapassar a demora dos processos que chegam a entidades jurídicas. "Por exemplo no Brasil há os juizados especiais de pequenas causas especialmente para demandas de relação de consumo, que fazem com que o processo seja rápido", explicou.

Outro dos assuntos pouco conhecidos pelo consumidor e que mereceu destaque é o prazo de garantia dos produtos, em que os bens móveis ou não consumíveis têm um prazo nunca superior a um ano ao passo que, nos imóveis, o prazo vai até aos cinco anos.

Joaquina do Nascimento explicou ainda os deveres que recaem sobre o Estado que passam pelo dever de informar através de medidas que veiculem a informação geral ao consumidor, apoio as associações a criação de serviço de informação como o INADEC, a constituição de conselhos de consumo e bases de dados.



CONCERA

- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



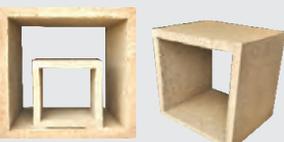
✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO

• Blocos 	• Abobadilhas 	• Lancil 	• Pavê 	• Lajetas 
• Manilhas 	• Grelha de enrelvamento 	• Tubos 	• Cones 	• Caixas de visita 

✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS

• Vigotas 	• Painel e Laje Alveolar 	• Laje TT 	• Ripas 
--	--	--	--

✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



Estrada das Terras Verdes
 km 1 Caope Velha Funda - Cacuaco – Luanda
 Escritório: (+244) 928 981 644
 comercial@concerangola.co.ao | www.concerangola.co.ao

Gestão

NEGÓCIOS NAS TELECOMUNICAÇÕES

As 10 facetas de Bill Gates

ESTRATÉGIA. Liderou a lista do homem mais rico do mundo, elaborada pela Forbes, durante 18 anos. Criou a Microsoft aliando a sagacidade, a sorte, a inteligência e um grande sentido de oportunidade. Mas fez da empresa o que quis e até na hora de ser substituído, aos 51 anos, foi estratega. Com a 'ajuda' de especialistas em gestão, o VE elabora um retrato do empresário mais importante da era moderna.

Por Emídio Fernando

1. Sortudo

A primeira parceria da Microsoft foi com a IBM, nos anos 1980, que queria entrar no mercado de computadores pessoais. A IBM procurou a Digital Research Inc., mas o responsável estava de férias. Bill Gates aproveitou a ausência do concorrente. Comprou, por 50 mil dólares, um software criado por uma empresa pequena, melhorou-o e vendeu-o.

2 Apaixonado

Conhecer todas as áreas, a linha de produção e toda a gente é uma estratégia. Gates sempre discutiu, passo a passo com os programadores, mantendo uma comunicação aberta com funcionários. Na Microsoft, os especialistas são considerados mais importantes do que os administradores.

3. Competitivo

Bill Gates sentiu-se sempre obrigado a apresentar produtos de qualidade superior. Assim, venceu a concorrência, mas nunca deixando de aliar técnicas de negociação. Não se limitava a apresentar produtos novos.

4. Inteligente

Há uma expressão que identifica a Microsoft: "gente com alto QI". Bill Gates sempre recrutou os melhores estudantes recém-saídos das universidades, dando-lhes motivação. A empresa dá aos funcionários, além dos salários, outros incentivos como ações da companhia.

5. Sobrevivente

A Microsoft investe na formação dos empregados, acreditando que a educação evita erros. Além disso, recebe feedback dos clientes. A empresa também é conhecida por acolher bem as reclamações e dar respostas.



O mais rico dos ricos

Filho de uma professora e de um advogado, Bill Gates optou pelas áreas das novas tecnologias. Com o amigo de infância, Paul Allen, criou a Microsoft, depois de ter passado pela prestigiada Universidade de Harvard, onde cursou Direito e Matemática. A empresa factura hoje, em média, mais de 44 mil milhões de dólares por ano. Bill Gates, nascido em 1955, é considerado um dos homens mais ricos do mundo e, por iniciativa própria, deixou a liderança da empresa, depois de 31 anos, para ter apenas o cargo de administrador não-executivo para se dedicar à Fundação Bill e Melinda Gates, que se dedica à filantropia. É o pai do sistema operativo Windows e a sua carreira empresarial tem inspirado os cursos de gestão e empreendedorismo.

6.

Lutador

Bill Gates segue uma norma que o sucesso traz inimigos e que não há forma de se tornar o homem mais rico do mundo sem conflitos.

7. Visionário

No mercado tecnológico, o mais importante é 'adivinhar' o futuro, aliando a visão com os conhecimentos na área. Assim, consegue identificar tendências e criar estratégias e produtos inovadores.

8.

Inovador

Uma das razões do sucesso Gates é não se limitar ao Windows. Gere diversos projetos simultaneamente. Muitos têm a sua própria assinatura, como o Microsoft Office, MSN, Internet Explorer e Xbox. Todos os anos, em Junho, a empresa é obrigada a lançar novos produtos, sempre criando expectativas meses antes.

9. Organizado

Apesar da dimensão da Microsoft, Bill Gates sempre preservou a imagem de estar a gerir uma companhia pequena, dividindo-a em pequenas unidades. Com essa estratégia, consegue valorizar cada equipa. Para ele, grupos menores costumam ter uma melhor comunicação interna.

10. Atento

Num mercado em constante mudança, o foco é a qualidade e a criação permanente. Bill Gates sabe que, no mundo tecnológico e perante a forte concorrência, um produto não demora muito a tornar-se obsoleto.

O **Nová** *Gazeta* na internet

ACESSE: www.novagazeta.co.ao





Luís Neves

Gestor de Empresas
Antigo Representante
Nacional de Angola na
Comissão Económica
da OPEP.

ÓLEO NEGRO

Como é consabido, desde meados de 2014, uma perspectiva sombria se tem abatido sobre os mercados globais de petróleo, com o preço do Brent a fixar-se aquém dos USD 30,00/barril, em Janeiro de 2016, o valor mais baixo dos últimos 12 anos.

Em meio de tanto cepticismo, as previsões para 2016 e anos seguintes, estão longe de ser correctas, e são várias vezes revistas, quase sempre em baixa, sob variados pressupostos. A matemática em torno dos preços do petróleo para 2016 não é linear, e não se resume à omnipresente pergunta ‘se a procura vai aumentar’, e tornar pelo menos sustentável o seu equilíbrio com a oferta.

Por ora, os dados existentes não indiciam isso: a Pearl Oil Limited, por exemplo, estima que no segundo trimestre deste ano a procura seja de 94,9 milhões de barris por dia (mbd), ao passo que a oferta seja de 96,2 mbd, o que deixa antever um excesso de 1,3 mbd, só neste período!

A China, a braços com uma reestruturação no plano fiscal, que poderá afectar a sua procura de energia e o seu status de “paraíso” para os exportadores, tem os produtores do Golfo e outras regiões em “xeque”. Beijing forneceu algumas pistas sobre o que o próximo ano poderá reservar, porém, uma certeza irá influenciar a procura da China: a necessidade de o país completar as suas reservas estratégicas de petróleo, de cerca de 500 milhões de barris, até 2020. O que já não é mau!

Talvez o rápido crescimento da procura na Índia, que em 2020 será dependente das importações em cerca de 90%, ou o crescimento da classe média da África Oriental, ajudem a preencher a potencial lacuna no apetite da China.

Ainda assim, as previsões são meras suposições que, apesar de munidas das melhores projecções, e porque a geopolítica tem o hábito de tolgar a teoria económica, poderão não ser suficientemente auto-explicativas. Além das guerras crónicas no Médio Oriente, questões a observar com alguma acuidade incluem a tímida disputa hegemónica entre



a Arábia Saudita e o Irão, e as novas dinâmicas energéticas entre o Irão e o Iraque. Em tom positivo, realçam-se as oportunidades energéticas que irão florescer ao longo da nova “Rota da Seda”.

Especula-se que é provável que a contestada estratégia que a OPEP adoptou em Novembro de 2014 para proteger a sua quota de mercado (em vez da demandante lógica de suportar os preços do petróleo), mude em 2016. A evidente pressão económica pode tornar-se demasiado incómoda para os produtores de petróleo não só do Golfo como outras regiões.

O Ministro dos Petróleos da Nigéria afirmou, em meados de Janeiro, que a OPEP poderia convocar uma reunião de emergência durante o primeiro trimestre deste ano, para abordar formas de como suportar os preços do petróleo, uma vez que, apesar de uma ligeira recuperação em Abril, estão a derrapar para valores mais baixos dos últimos 12 anos. Tal não ocorreu, e a próxima reunião está agendada apenas para o dia 2 de Junho, porém, mais dois meses poderá ser tempo demais para algumas economias da OPEP que estão a passar por grandes dificuldades, e poderão não aguentar a espera. Analistas creem que a aparente divergência interna sobre a política de produção no seio da OPEP poderá intensificar-se até meados de 2016.

As economias dos países árabes do Golfo estão almoçadas em amplas reservas internacionais líquidas, mas cada uma delas já está a sentir o aperto, incluindo o “pivô” da OPEP e “Golias” económico da

região: a Arábia Saudita. No final de 2015, Riade registou o maior défice orçamental da sua história, e os cortes aos subsídios aos combustíveis já aumentaram os preços destes em 50%. A estratégia da OPEP de escorraçar os produtores de alto custo, incluindo as companhias americanas de petróleo de xisto, tem, em certa medida, funcionado. Mas isso não é, de longe, suficiente!

A lista de companhias americanas produtoras de petróleo de xisto que declararam falência vai certamente aumentar em 2016, todavia, muitas delas vão apenas contrair novas dívidas e mover os seus activos para continuar as suas operações noutros lugares, mitigando as perdas, até que os preços subam para cerca de USD 50,00/barril, que, presumivelmente, é o seu break-even. Em parte, os membros dominantes da OPEP vão apostar fortemente na sua diversificação económica, uma vez que a sua estratégia de arruinar e desintegrar o resiliente mercado produtor de xisto dos EUA tarda em vingar. Esta perspectiva tornou-se permanentemente incorporada no tecido da dinâmica global do mercado petrolífero, e Angola, como é óbvio, não pode descurá-la! Ora bem!

Estima-se que uma vaga considerável de produtores norte-americanos de petróleo de xisto, sobretudo os mais pequenos, saia de cena em 2016. Embora temporária e timidamente, a estratégia de 17 meses da OPEP direccionada à diminuição do número dos produtores de custo mais alto parece estar a resultar. O fracturamento americano e a produção das

areias betuminosas canadianas são dispendiosos, e a actual gama de preços de USD 30,00 – USD 45,00/bbl está a provar-se bastante penalizante. A actual produção americana, de 8,9 mbd, provavelmente deverá cair até 8,3 mbd, até ao final de 2016.

Os EUA têm cerca de 5.000 poços perfurados e por utilizar, que se traduzem em cerca de 4,0 mbd de oferta adicional, à espera, nos bastidores, para quando os preços do petróleo excederem os USD 50,00/bbl. A capacidade potencial do país é significativa. No próximo ano deverá haver mais indícios tangíveis sobre o impacto concreto da decisão do país suspender, em Dezembro de 2015, a proibição de mais de quatro décadas das exportações de petróleo, com a sua primeira exportação, com destino a França, a ocorrer três semanas depois, a 20 de Janeiro.

No meio deste circunlóquio, é provável que a produção de petróleo convencional volte a estar em foco em 2016, roubando palco à produção de alto custo e de tecnologias de recuperação avançada de petróleo (EOR, Enhanced Oil Recovery, em inglês) dos campos de petróleo de xisto. Os produtores norte-americanos, que foram os pioneiros na produção de óleo de xisto, que revolucionou a economia dos EUA, transformando-o num grande produtor auto-dependente, com potencial até para a exportação, estão agora a sentir os efeitos da crise.

Países que são muito dependentes de onerosas tecnologias de EOR para extrair os recursos de campos maduros, podem agora cortar os financiamentos em pesquisa e desenvolvimento de novas ferramentas, até que o panorama económico se torne menos sombrio. Contudo, a produção convencional não é, por seu turno, menos desafiante, uma vez que existe a probabilidade de as reservas levarem um rombo no segundo trimestre deste ano. As grandes empresas petrolíferas serão obrigadas a cortar significativamente as suas reservas prováveis e provadas, uma vez que tais reservas têm de ser economicamente viáveis, nas condições actuais de mercado. Muito poucas, a haver alguma, são economicamente viáveis com os preços do petróleo a USD 30,00 – USD 40,00/barril.

As economias dos países árabes do Golfo estão almoçadas em amplas reservas internacionais líquidas, mas cada uma delas já está a sentir o aperto, incluindo o “pivô” da OPEP e “Golias” económico da região: a Arábia Saudita.

Internacional

DERROTAS EM TERRITÓRIOS E BAIXA DO PETRÓLEO

Estado Islâmico com perdas financeiras

TERRORISMO. A organização radical islâmica vai perdendo forças. No último ano, teve uma quebra de 30% de receitas, explicada pela perda de territórios e por ter baixado a produção do petróleo.



As receitas do autodenominado Estado Islâmico (EI), uma das organizações mais bem financiadas de forma ilegal, caíram cerca de 30%, concluem estudos elaborados por uma das principais consultoras económicas que se tem especializado na área da defesa, IHS. De acordo com o estudo, em meados de 2015, as receitas mensais do Estado Islâmico rondavam os 80 mil dólares. Mas em Março de 2016, as receitas baixaram para os 56 mil dólares mensais.

As causas para estas dificuldades financeiras são facilmente detectá-

veis: os constantes bombardeamentos da Rússia na Síria com a perda de várias áreas territoriais e algumas divergências entre os membros da cúpula do EI. A publicação CTC Sentinel, uma revista especializada em contra-terrorismo, revela que os ataques aéreos têm atingido armazéns onde o grupo guardava grandes quantidades de dinheiro (cerca de 800 milhões de dólares, segundo dados do Departamento de Estado dos EUA).

Os bombardeamentos também afectam significativamente a produção de petróleo. A IHS revela que, ainda no final do ano passado, o grupo tinha a capacidade de produzir cerca de 33 mil barris por dia, contra os 21 mil actuais. A acrescen-

tar à menor produção, entra a redução do preço do barril do petróleo no mercado internacional, mesmo que seja o paralelo.

Apesar disso, a consultora alerta que este declínio poderá significar apenas uma “interrupção na produção”, já que vê no EI uma capacidade para reparar rapidamente as suas infra-estruturas.

Outra das contrariedades do grupo jiadista tem sido a dificuldade em conquistar mais território. Este factor tem sido determinante porque é através dos territórios que entram mais receitas. O EI aplica taxas sobre os habitantes que vivem nos seus domínios. O ano passado, o grupo perdeu mais de 14% do território e este ano mais de 8% só nos últimos três

meses. A população que está sob o seu controlo baixou de nove milhões para os cerca de seis milhões actuais, calcula o jornal britânico The Guardian.

Perante estas dificuldades, os extremistas começam a procurar métodos alternativos para obter mais receitas, que passam, essencialmente, por aplicar multas arbitrárias, pela extorsão e por fazer reféns em zonas onde ainda abunda algum dinheiro. “Aquilo que estamos a ver neste momento é que o Estado Islâmico está a procurar formas mais criativas para fazer dinheiro”, afirmou o responsável britânico que está a liderar a campanha contra o grupo jiadista, Edward Stringer, em entrevista ao The Guardian.



PORTUGAL

Táxis contra particulares

Mais de seis mil taxistas protestaram, com marchas lentas, nas principais cidades de Portugal contra a utilização da plataforma electrónica Uber. Foi considerado o maior protesto de sempre do sector.

Os taxistas dizem-se por prejudicados com uma concorrência que consideram “desleal” e “ilegal”. A Uber é uma plataforma electrónica que permite chamar, via telefone ou internet, um carro particular, que adira aos serviços, fazendo serviço de táxi. No entanto, a utilização da Uber não está regulamentada.

Desde que a Uber entrou em Portugal que se têm sucedido os protestos e incidentes, com agressões e danos na viaturas, especialmente nos aeroportos de Lisboa e Porto. O governo português prometeu analisar as condições da Uber e arranjar soluções alternativas.

A entrada da Uber já provocou protestos noutros países como em França, Espanha, Brasil, Itália. A empresa, fundada nos EUA, está a laborar em mais de 130 cidades e cerca de 40 países.



O PRESIDENTE da África do Sul, Jacob Zuma, poderá ser julgado por quase 800 crimes de corrupção. O Supremo Tribunal decretou a revisão de uma decisão de 2009 que o absolvía de corrupção e evasão fiscal.



A APPLE ANUNCIOU a descida nas vendas do iPhone, em 2016. É a primeira queda desde que o aparelho foi lançado em 2007. A empresa anunciou ainda um decréscimo de 13% nas receitas.

GOVERNO DÁ INCENTIVOS DE MIL MILHÕES DE DÓLARES

Alemanha aposta nos carros eléctricos



O governo alemão anunciou, a semana passada, a criação de um pacote de medidas, que passam pelo incentivo de mais de mil milhões de dólares à compra de veículos

eléctricos. Quem adquirir um carro destes a partir de Maio poderá receber até 4.500 dólares de desconto no preço. No caso dos híbridos o desconto é menor, podendo ir até aos 3.500. Metade do valor é suportado por fundos públicos e o restante fica a cargo dos próprios fabricantes.

Além disso, o executivo ale-

mão vai ainda gastar 120 milhões de dólares na compra de veículos eléctricos para a frota estatal e mais 330 milhões para a instalação de postos de carregamento.

A Alemanha é um dos países mais importantes na indústria automóvel com as fábricas da Volkswagen, Audi, Mercedes e BMW, mas nenhuma delas tem apostado no fabrico de carros eléctricos.

O ministro da Economia, Sigmar Gabriel, defendeu a medida como uma forma do país “preservar os padrões sociais, ecológicos e culturais para continuar a ser uma nação industrial de sucesso”. O governante entende que o futuro passa por este tipo de automóveis, alertando para a “ameaça” das marcas não europeias: “A reinvenção do automóvel está actualmente a ser impulsionada por empresas que não têm sede na Europa”.

MAIOR LUCRO DA HISTÓRIA DA EMPRESA

Amazon soma e segue

A Amazon fechou o primeiro trimestre de 2016 com um lucro de 513 milhões de dólares, bem diferente do prejuízo de 57 milhões de dólares que acumulou no mesmo período do ano passado.

Este é o maior lucro por trimestre alguma vez registado na história da companhia. Até a semana passada, o máximo estava nos 450 milhões de dólares que tinha sido conseguido nos últimos três meses de 2015. O que significa que a Amazon

513

Milhões de dólares foram os lucros da Amazon no primeiro trimestre de 2016

tem somado lucros nos últimos seis meses e o que faz, de acordo com a Forbes, com que Jeff Bezos, fundador e CEO da empresa, tenha chegado ao quarto lugar na lista dos mais ricos do

mundo, ultrapassando o multimilionário mexicano Carlos Slim, detentor de um império nas telecomunicações.

As receitas, até ao final de Março, subiram 28% em comparação com o período homólogo, impulsionadas principalmente pelas vendas do leitor de livros electrónicos Kindle, pelos ‘tablet’ Fire e pelos serviços informáticos na ‘cloud’.

Os resultados ultrapassaram as melhores expectativas dos analistas e da própria empresa. Para este segundo trimestre, a Amazon espera ter vendas que podem chegar aos 33 mil milhões de dólares.



BRASIL A BRAÇOS COM A CRISE POLÍTICA

Solução pode passar por eleições

A hipótese do Brasil realizar eleições antecipadas ganha, cada vez mais, corpo como forma de evitar a possível subida de Michel Temer, em caso do ‘impeachment’ ser bem sucedido. A ideia partiu do PT que juntou um grupo de senadores, apoiantes de Dilma Rousseff. Antes, a anterior candidata e ex-militante do PT que abraçou as causas ambientais, Marina Silva, também tinha defendido a mesma solução.

A semana passada, foi a vez de um editorial da revista Economist propor a mesma solução para evitar “males maiores” na economia brasileira. Uma sondagem também apoia a ideia que agrada sobretudo a Lula da Silva que se pode tornar um forte candidato a regressar à presidência brasileira.

Economistas internacionais temem que a crise política bra-

sileira ‘ataque’ os investimentos especialmente numa altura em que o país está na moda com a organização dos Jogos Olímpicos, marcados para Agosto deste ano.

No entanto, o cenário de eleições antecipadas é considerado utópico por constitucionalistas. O problema está no tempo. Antes da votação, pelo Senado, do impedimento de Dilma Rousseff. Seria necessário redigir até 12 de Maio, data prevista para a votação, uma proposta de emenda constitucional que precisaria do apoio de dois terços dos deputados e a seguir de dois terços dos senadores. Mas estes, ao votar favoravelmente, estariam a abdicar dos próprios cargos porque as eleições seriam gerais, presidenciais e legislativas.

Os grupos apoiantes de Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores têm defendido que o ‘impeachment’ não é mais do que um golpe de Estado que pretende levar a direita ao poder.

Ambiente

AMANHÃ É O DIA DO SOL

Aquecimento global ameaça a biodiversidade

ALERTA. Investigadores e associações ambientalistas alertam para o perigo e consequências do aquecimento global da terra, como o aumento da temperatura global, a extinção de espécies animais, o aumento do nível dos oceanos, a escassez de água potável, terramotos e degelo.

O terceiro dia de Maio foi escolhido pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente para assinalar o Dia do Sol. A data visa alertar para os benefícios do sol e salientar a importância desta importante fonte de energia para o funcionamento dos ecossistemas da Terra. O sol dá origem à vida dos seres vivos e foi adorado ao longo da história por diferentes civilizações e cultos. Todos os dias o sol nasce e se põe no horizonte.

Esta estrela conta cerca de 4,5 mil milhões de anos e encontra-se a cerca de 150 milhões de quilómetros da terra. Apesar da enorme distância, a exposição ao sol pode causar danos à saúde humana, aconselhando-se o uso de protetor solar na pele, óculos de sol e chapéu.

Em Abril, foi a vez do Dia Mundial da Terra, assinalado no dia 22. A data foi criada em 1970, pelo senador norte-americano Gaylord Nelson que resolveu realizar um protesto contra a poluição da terra, depois de verificar as consequências do desastre petrolífero de Santa Barbara, na Califórnia, ocorrido em 1969.

Inspirado pelos protestos dos jovens norte-americanos que contestavam a guerra, Gaylord Nelson desenvolveu esforços para conseguir colocar o tema da preservação da terra na agenda política norte-americana. A população aderiu em força à causa e mais de 20 milhões de americanos manifestaram-se a favor da preservação da terra e do ambiente. Todos os anos, no dia 22 de Abril, milhões de cidadãos em todo o mundo manifestam o seu



compromisso com a preservação do ambiente e da sustentabilidade da Terra. Neste dia de cariz educativo, escrevem-se frases e poemas sobre a importância do planeta terra nas escolas. As actividades passam também por gestos como doações e plantação de árvores.

O Dia Mundial da Terra conta já com mais de mil milhões de actos realizados em prol do ambiente ao

longo da história. É o maior dia do ano para o planeta, em que se deseja que todos os habitantes do mundo realizem algum acto que o proteja.

IMPACTO AMBIENTAL

Investigadores e associações ambientalistas alertam para o perigo e consequências do aquecimento global da terra. As consequências do aquecimento global são diversificadas e

complexas, podendo gerar danos irreversíveis à humanidade. O degelo, por exemplo, afecta muito as regiões do Ártico, Antártida e Groelândia. Pesquisas apontam que a camada de gelo do Ártico tornou-se 40% mais fina e a sua área sofreu redução de cerca de 15%. A Antártida perdeu mais de 3 mil quilómetros quadrados de extensão. A Groelândia também tem sofrido com o aquecimento

global, facto preocupante, visto que o seu derretimento pode provocar um aumento no nível dos oceanos de até sete metros.

O descongelamento dessas zonas gera transtornos ambientais e sociais. Esse fenómeno altera a temperatura dos oceanos, causando desequilíbrios ambientais e atingindo principalmente as espécies marinhas. A elevação do nível dos oceanos, por exemplo, obriga a que a população residente em áreas costeiras migre para outras localidades. Estima-se que pelo menos 200 milhões de pessoas sejam afetadas pelo aumento do nível dos oceanos.

Outras consequências do aquecimento global são a desertificação, a alteração do regime das chuvas, a intensificação das secas em determinados locais, a escassez de água, a abundância de chuvas em algumas localidades, tempestades, furacões, inundações, alterações de ecossistemas, redução da biodiversidade, perda de áreas férteis para a agricultura, além da disseminação de doenças como a malária, esquistossomose e febre-amarela. Para minimizar o impacto ambiental das alterações climáticas são necessárias medidas, como, por exemplo, a redução da emissão de gases responsáveis pela intensificação do efeito estufa, garantindo, assim, uma relação harmoniosa entre o homem e a natureza.

200

milhões. Estima-se que o seja o número de pessoas no mundo, afectadas pelo aumento do nível dos oceanos.

3

de Maio, Dia do Sol

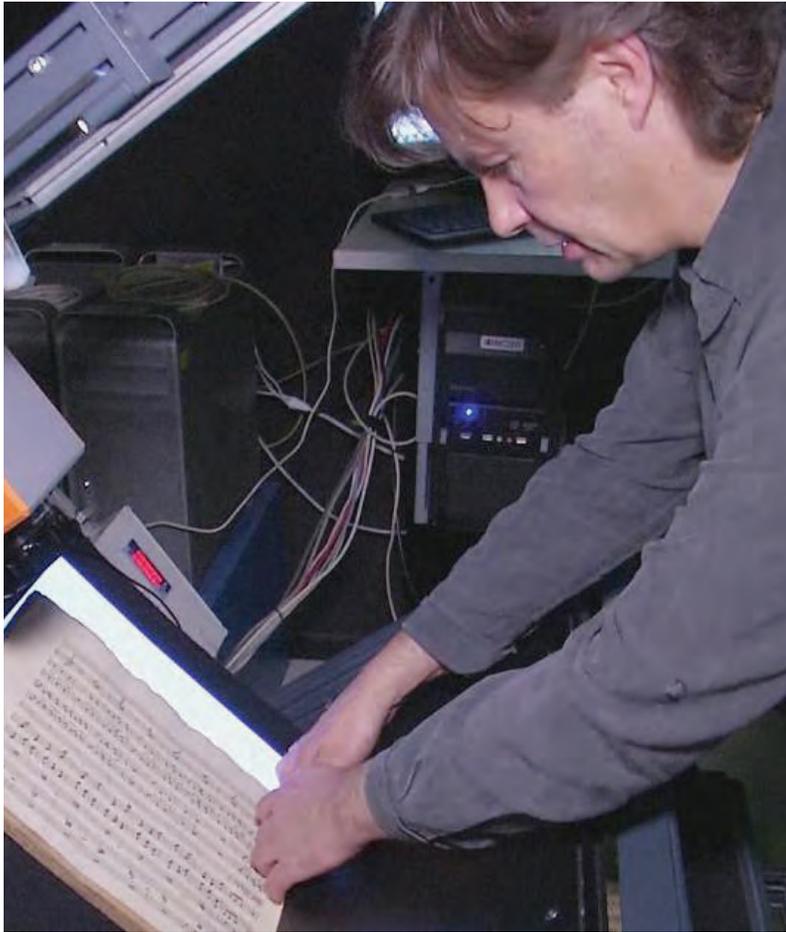
150

milhões de quilómetros, distância entre a terra e o sol.

22

de Abril, Dia Mundial da Terra

Tecnologia



CÂMARA COM INFRAVERMELHOS

Novas tecnologias para analisar documentos antigos

Investigadores alemães desenvolveram uma nova tecnologia para analisar documentos antigos. Graças a uma câmara de infravermelhos, é possível visualizar a marca de água dos manuscritos. Essa informação permite conhecer a data e a origem dos documentos. A tecnologia está a ser testada na Biblioteca de Berlim. “Quando coloco o papel, neste prato quente posso ver a marca de água e nesse momento preciso posso gravá-la e transmi-

tir essa informação ao computador. Nesse período curto de alguns segundos posso ver a imagem de forma bastante clara, mas, sem a tinta. É esse o princípio”, sublinhou Hagen Immel, um dos investigadores envolvidos no projeto.

Até ao início do século XX, os fabricantes de papel colocavam uma marca de água nos produtos que funcionava como um logótipo. “As marcas de água são particularmente importantes quando analisamos documentos manuscritos e quando queremos determinar a idade de um documento e onde foi escrito. Podemos des-

cobrir a data e onde o documento foi escrito mais facilmente graças à marca de água”, explicou Martina Rebmann, diretora do Departamento de Música da Biblioteca de Berlim.

A tecnologia baseada na câmara de infravermelhos foi desenvolvida pelo Instituto Fraunhofer e pela Universidade de Braunschweig. O sistema pode ser aplicado a vários tipos de obras. O único senão é o preço. A máquina custa cerca de 100 mil euros. No futuro, os investigadores esperam poder desenvolver um modelo mais pequeno e mais barato.

PUB

Estádio Nacional d'Ombaka
BENGUELA

HORÁRIO

18, 19 e 22 (4ªf, 5ªf e domingo) - 15h / 21h

20 e 21 (6ªf e sábado) - 15h / 22h30



FIB 6^a
EDIÇÃO
FEIRA INTERNACIONAL
DE **BENGUELA**

18 - 22 MAIO 2016

FIB, a maior bolsa de negócios do sul de Angola!

Exposição Multi-Sectorial

Conferências e Debates

Animação Cultural

Eventos Arena

geral@eventosarena.co.ao

www.eventosarena.co.ao

(+244) 226 433 360

(+244) 943 029 498

Marcas & Estilos

Relíquia da modernidade

A máquina dactilográfica 'Underwood' é a combinação perfeita entre a antiguidade e a modernidade. Original, conserva a música das suas teclas, com um 'rosto' esteticamente bem restaurado e adaptado com portas USB e teclado que, apesar do estilo conservador, está optimizado para computadores Mac e iPad.



Coleções de classe

Directamente da antiga colecção do senhor Jack, esta peça é um antigo humidificador de charutos raro e altamente colecionável, em forma de uma garrafa de champanhe com folheado de prata.



Diversão sem limite

Dizia o dramaturgo irlandês George Bernard Shaw, que "não paramos de brincar porque envelhecemos, mas envelhecemos porque paramos de brincar". Por isso, leve uma Swing Table para o seu quintal, quarto, ou sala e divirta-se.



Casualmente especial

As pastas BUMI oferecem-lhe elegância numa linha moderna de muitas novidades e estilos da contemporaneidade. É um acessório para saídas casuais e para ocasiões mais especiais.



Artilharia delicada

Os valiosos 5.26 quilates nos diamantes pretos do anel Uzi proporcionam uma aparência agradável e, às senhoras, a possibilidade de criar laços íntimos com uma pequena e inofensiva peça de artilharia que faz sobressair a delicadeza das suas mãos.



Para a hora H

Se pensar na recomposição dos grandes clássicos dos anos 1950 e 1960 não terá outra opção que não seja o cronógrafo 'Transocean', cujo tempo se apresenta num estilo altamente contemporâneo.

A armação fina carrega um motor num formato de extrema performance de calibre 01, inteiramente desenvolvido e fabricado nas oficinas Breitling. É um material exclusivo de alta tecnologia que se distingue por ser resistente aos riscos, à tracção e à corrosão, estabilidade térmica, carácter analérgico.



RESTAURANTE

Comer com cheiro a mar

Os domingos, com rodízio recheado de comidas típicas angolanas, quebram a rotina num espaço que pede romantismo à noite e convívio familiar e com amigos durante o dia. Mesmo encostado à praia, com alguns pés de mesa na areia, o Coconuts um ambiente ideal para quem sonha com noites tropicais. À noite, a brisa marítima anima a oferta gastronómica que vai dos pratos vegetarianos, às lagostas grelhadas, passando pelas espetadas de peixe ou o salmão com banana-pão e legumes. A terminar, há as sobremesas de chocolate ou a fruta que, no caso, tem de pouco nacional. Durante o dia, há isto tudo e um convite irresistível a usar as espreguiçadeiras na praia. No tempo do cacimbo, o Coconuts oferece uns simpáticos e acolhedores cobertores que ajudam a sentir o cheiro a mar.

AUTOMÓVEIS

Na estrada, na montanha

Quem pensa em Maserati pensa em muita velocidade, luxo, 'glamour' e também em carros clássicos que começaram a ser construídos em Itália em 1914, em pleno advento da guerra mundial. O novo modelo, um SUV, é quase tudo isso, menos as características clássicas. É pela ultramoderna velocidade que pode atingir os 251 km/hora e o arranque de seis segundos que se distingue o Levante. Mas não se fica por aqui: o modelo mais recente deste automóvel familiar é reco-

mentado para ser usado em actividades desportivas como, por exemplo, para transportar barcos, pranchas ou bicicletas, para ser utilizado nas montanhas ou simplesmente para sentir o conforto das viagens longas pela estrada. O modelo ainda não chegou a África, por isso, ainda não tem preço previsto. No entanto, deve começar a ser vendido brevemente aqui perto, na África do Sul, mas também vai chegar a Marrocos e o Egipto.



“É a Angola que temos, com os seus problemas como de qualquer país. Devemos assumir-nos onde a definimos e ver o que queremos que ela seja.”

“Agora não se pode deixar de reconhecer os esforços que têm estado a ser feitos e que sempre foram feitos para que chegássemos aí.”

ABREU PAXE, ESCRITOR

“A UEA podia ser mais ambiciosa no interior da cultura angolana”

ENTREVISTA. Vencedor do Prémio Literário ‘António Jacinto’, com a obra ‘Chave no repouso da porta’, Abreu Paxe é membro da União dos Escritores Angolanos e acredita que em nenhuma parte do mundo é possível viver só da escrita, fora das grandes corporações.

Por Isabel Dinis

Como se identifica enquanto escritor?

Com a cultura nos seus processos flutuantes e poéticos.

Quando descobriu que tinha inclinação para a escrita literária?

Não consigo precisar essa fronteira. É como quando se cria, é difícil descrever todo o processo por que passa a criação. Só sei que comecei, mas não sei quando comecei exactamente. Há episódios de que me recordo, mas que não são determinantes, se os analisarmos à luz da complexidade do acto criativo.

O que significaram os prémios ‘António Jacinto’, com ‘Chave no repouso da porta’, e o do concurso ‘Um poema para África’, em 2000?

Foram um estímulo a esses prémios que associam à publicação dos meus textos em revistas de poesia entre Bélgica, Espanha, Portugal e Brasil. Deu para marcar posição, sobretudo para quem estava a começar um projecto artístico. Um tanto quanto indigesto, para alguns. Foi estimulante.

A União dos Escritores Angolanos, da qual é membro, tem cumprido com o seu papel?

Naquilo que é a sua missão primária, sim, embora, em relação ao objecto, a literatura, pudesse ser mais ambiciosa no interior da cultura angolana e na sua difusão e disseminação mais ampla, com diálogos, encontros e reencontros entre as diferentes ‘Áfricas’ e os diferentes mundos que nos atravessam culturalmente.

Vale a pena ser escritor em Angola?

Porque não, se Angola é um lugar onde se produz cultura?

É possível viver só da escrita em Angola?

Em nenhuma parte do mundo isso acontece, se não for integrado, por exemplo, nas grandes corporações mediáticas ou financeiras.

Como sentiu o custo de produção para o lançamento dos seus livros?

Não tive nenhum, pelo contrário, ganhei apenas. Ou seja, nos dois livros que tenho publicados, ‘A Chave no Repouso da Porta’, que resultou

PERFIL

Nome completo:

Abreu Castelo Vieira dos Paxe

Data de nascimento:

19 de Outubro de 1969

Estado Civil:

Casado

Filhos:

3

Prato favorito:

Não tenho porque tenho um estomago eclético.

Viagem de sonho:

Para o interior de Angola, nos seus lugares mais recônditos para partilhar saberes e afectos.



do prémio recebi pelo mesmo um valor avaliado em cinco mil dólares, e o segundo livro, ‘O Vento Fede de Luz’. Não tenho razões de queixa.

Que referências há hoje na literatura angolana e africana?

Na minha experiência de leitor, vejo poucas, embora, entre nós, na África austral e central, mais exactamente nas regiões a que Angola pertence, existam as barreiras linguísticas dos então colonizadores. Há mais um quadro que se funda em conformismos, em convenções, em que são levados a actuar como porta-vozes das experiências de poetas ou prosadores anteriores a eles.

Até que ponto a juventude conhece a literatura nacional?

O problema é estrutural e está ligado a vários factores, desde o ensino às instituições de distribuição do livro, às diferentes partilhas, à sistematização da literatura nacional como área de conhecimento e essa estar presente nas diferentes instituições e nos diferentes lugares de interacção, onde, neste caso, os jovens estejam. Se não temos livrarias, bibliotecas se falarmos dos espaços distribuídos pelos bairros, pelas vilas, pelas comunas, municípios e, em alguns casos, até províncias. Se não existem esses circuitos de circulação do livro, como se pode exigir isso dos jovens? Que condições nós criamos para que isso seja uma realidade? Agora não se pode deixar de reconhecer os esforços que têm estado a ser feitos e que

sempre foram feitos para que chegássemos aí, embora ainda tenhamos de caminhar muito. Muito mesmo.

Os livros em Angola são muito caros?

O que é que não é caro em Angola? Até ficar doente é muito caro!

Isso pode justificar o (des) interesse de leitura no seio dos jovens?

Sim, pode ser um dos factores, embora não se façam só leitores com quem compre livros. As bibliotecas têm essa função também, entre outras instituições de fomento à leitura.

Em que se inspira para escrever?

Na relação que o homem estabelece com a natureza e a cultura, combinando com a memória da cultura, história das técnicas e a história da cultura material e espiritual. Acontece mais numa dimensão poética do que propriamente de inspiração, que me parece uma forma muito vaga de se falar de criação.

Se tivesse a oportunidade, que mudança faria em/para Angola?

O que nos deve orientar é a necessidade de nos reencontrarmos com a cultura, aquela que nós produzimos e até a que herdamos e que foi produzida nesse espaço que chamamos hoje Angola, e acrescentar nesse reencontro o génio criador e inventivo com as suas dinâmicas e transformações.

Sente-se feliz com Angola de hoje?

É a Angola que temos, com os seus problemas como de qualquer país. Devemos assumir-nos onde a definimos e ver o que queremos que ela seja. Isso depende somente de nós, única e somente de nós e de mais ninguém, disso eu tenho plena certeza!

NÚMEROS DA SEMANA

35

Por cento é quanto cresceu o lucro do BIC, passando de 20,537 mil milhões, em 2014, para 27,656 mil milhões de kwanzas, no último ano.

500

Milhões de dólares, valor que o grupo Shoprite pretende investir, até 2017, para a criação de 14 lojas com o mesmo nome, em diferentes províncias.

19,49

Percentual da redução na balança comercial entre Angola e Alemanha, comparativamente ao ano anterior, informou o secretário de Estado das Relações Exteriores, Manuel Augusto.

1.580

Milhões de dólares, investimento dos projectos identificados no quadro do Plano Nacional de Geologia e Minas.

CASO BPI/ISABEL DOS SANTOS COM SOLUÇÃO À VISTA

Santoro pode ficar com acções do BPI no BFA

A venda das acções do BPI no BFA à Santoro Finance está entre as soluções encontradas para a resolução do caso que envolve angolanos, portugueses e espanhóis. O presidente executivo do BPI, Fernando Ulrich, confirmou a troca de acções para parar a ‘guerra’ que caminha para o segundo ano.

De acordo com o gestor, que pode deixar a presidência nos próximos dias depois de ver chumbado o estatuto de continuidade, o BPI pode manter activos no banco angolano. “Com os valores que estão em cima da mesa, o BPI ficaria ainda com uma posição minoritária no BFA”, admite Ulrich, apontando para as vantagens para o Unitel e a Santoro.

A Santoro Finance, a empresa de Isabel dos Santos, detém 18,58% do capital accionista do BPI. A solução passa por o BPI pagar à Santoro, com acções do BFA. Depois o BPI cancela as acções, explica Fernando Ulrich, citado por vários órgãos de informação portugueses. “Esta solução era boa

para a Santoro que juntamente com a Unitel ficavam a dominar o BFA, e é positivo para Angola, uma vez que passaria por trocar o investimento no estrangeiro pelo reforço de investimento no próprio país”, defendeu o banqueiro. “Para o BPI era bom porque ficava resolvido o problema de elevada exposição a Angola. Para o CaixaBank seria uma solução relativamente neutra”.

Essa é uma solução há muito defendida por Isabel dos Santos. Em Janeiro, a empresária angolana tinha avançado com uma proposta de 152 milhões USD para compra das participações do BPI no BFA. Mas foi recusada pela administração do banco português. O BPI apresentou soluções para tranquilizar a Santoro em relação à posição dos accionistas minoritários no banco e à saída de capitais de Angola. Uma delas é o spin-off, em que a holding, criada para colocar os interesses do banco em Angola e Moçambique de modo



a cumprir com as exigências do BCE, seja cotada em Lisboa.

A outra é o CaixaBank comprar o BPI na OPA e o grupo espanhol assumir os riscos de Angola. “Não percebo porque é que a Santoro não aceitou o spin off porque era bom para Angola. Ter-se-ia poupado muita coisa, nomeadamente o diploma que facilita a desblindagem de estatutos”, afirmou Ulrich, mostrando que a lei das desblindagem dos estatutos das instituições financeiras em Portugal foi feita a pensar no caso do BPI, que mereceu críticas do Governo angolano.

NOS PRIMEIROS TRÊS MESES DO ANO

Petróleo rende ao Estado 5 mil milhões USD

Mais de 5 mil milhões de dólares foram arrecadados pelo Estado, via exportação de petróleo, no primeiro trimestre de 2016, indicam dados do Ministério das Finanças, divulgados na passada sexta-feira.

Os valores embolsados – que representam menos de 30% face à previsão do OGE - decorreram da exportação de 160.115.293 milhões de barris de crude, a um preço médio de 31,66 dólares, o que terá representado uma facturação glo-

bal de 5.069 milhões de dólares. No OGE de 2016, o Governo estimava a exportação de petróleo ao preço médio de 45 dólares por barril, o que representaria uma facturação global em três meses superior a 7.200 milhões de dólares.

A exportação de petróleo, entre Janeiro e Março de 2016, representou assim receitas fiscais no valor de 260.499 milhões de kwanzas, uma quebra de quase 25% face ao período homólogo de 2015.

Nos três primeiros meses de 2015, essas mesmas receitas fiscais ascenderam a 344.172 milhões de kwanzas, com a exportação de mais de 157 milhões de barris de crude.

Na origem destes dados estão números sobre a receita arrecadada com o Imposto sobre o Rendimento do Petróleo (IRP), Imposto sobre a Produção de Petróleo (IPP), Imposto sobre a Transação de Petróleo (ITP) e receitas da concessionária nacional.

PARA LUANDA

Novo modelo de limpeza aprovado

O Conselho de Ministros aprovou o novo modelo de limpeza urbana para Luanda, documento que contém um conjunto de princípios e medidas que visam garantir a gestão integrada dos resíduos sólidos. Foi criada uma comissão coordenada pelo secretário de Estado do Ambiente, Syanga Abílio, que elaborou o novo modelo de limpeza de Luanda. Em relação à versão anterior das comissões Económica e para Economia Real, houve uma redução de praticamente 60% do valor proposto pelo Governo Provincial de Luanda, ordenada pelo Presidente da República.

Inicialmente, o GPL havia proposto uma taxa estratificada. Os municípios do Icolo e Bengo e Quiçama pagariam 500 kwanzas mensalmente, enquanto os de Cacuaco, Viana e Belas 1.500 kwanzas. Os da cidade e seus distritos (Talatona, Nova Vida e Benfica) pagariam 10 mil kwanzas mensais.

As pequenas empresas contribuiriam com um valor entre 15 e 20 mil kwanzas. As médias 35, e as grandes empresas 150 mil kwanzas mensais.

Além do reajustamento do sector petrolífero, o Conselho de Ministros aprovou também a criação da Rede Nacional de Laboratórios de Controlo de Qualidade e o diploma legal que sujeita às análises laboratoriais os produtos destinados ao consumo.

O VALOR ESTA SEMANA

QUASE 50% DO PIB

Dívida pública ‘marginal’

O endividamento público tem aumentado nos últimos anos. Depois de em 2015, ter representado 46,9% na economia, a dívida do Estado deverá atingir este ano 49,7% do PIB. Apesar de estar ainda abaixo dos limites internacionalmente recomendados – 60% do PIB –, os economistas alertam para a necessidade de se redobrar a atenção sobre os critérios de contratação da dívida. **págs. 6 e 7**



PROJECTOS ATRASADOS

Falha nas metas da energia

O compromisso do ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, de elevar a actual capacidade energética de 2.020 para 6.200 megawatts (MW), pode não ser cumprido. A produção, nos últimos cinco anos, cresceu pouco, saindo dos 1.200 para os actuais 2.020 MW. Para atingir a meta será necessário produzir mais de 4000 megawatts, em sete meses. **pág. 8**

OPINIÃO DE LUÍS NEVES

Óleo negro



Desde meados de 2014, uma perspectiva sombria tem-se batido sobre os mercados globais de petróleo. No entanto, as previsões estão longe de ser correctas. **pág. 25**